

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO

**THIAGO SOUZA MUNIZ**

**A influência do mercado de trabalho na desigualdade de renda no  
Maranhão: um diagnóstico para o período de 2012 a 2020**

São Luís - MA

2023

**THIAGO SOUZA MUNIZ**

**A influência do mercado de trabalho na desigualdade de renda no Maranhão: um diagnóstico para o período de 2012 a 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE - UFMA, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

São Luís - MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

SOUZA MUNIZ, THIAGO.

A influência do mercado de trabalho na desigualdade de renda no Maranhão : um diagnóstico para o período de 2012 a 2020 / THIAGO SOUZA MUNIZ. - 2023.

77 p.

Orientador(a): ALEXSANDRO SOUSA BRITO.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

1. Desigualdade de Gênero. 2. Desigualdade de Renda. 3. Mercado de Trabalho. I. SOUSA BRITO, ALEXSANDRO. II. Título.

**THIAGO SOUZA MUNIZ**

**A influência do mercado de trabalho na desigualdade de renda no Maranhão: um diagnóstico para o período de 2012 a 2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão – PPGDSE - UFMA, para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Alexsandro Sousa Brito

A banca examinadora, em sessão pública realizada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, considerou o discente:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. ALEXSANDRO SOUSA BRITO  
(Universidade Federal do Maranhão)  
Orientador

---

Examinador (a) 1  
(Universidade Federal do Maranhão)

---

Examinador (a) 2  
(Universidade Federal do Maranhão)

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente ao Deus de todo conhecimento, ciência e sabedoria, que me concedeu todas as condições para que este trabalho fosse realizado.

Agradeço a minha mãe, Maria Luiza, que foi incansável em me motivar ao longo desses três anos no mestrado. Agradeço a minha esposa, Rayane, que esteve ao meu lado todos os dias, possibilitando que eu pudesse focar na escrita dessa dissertação.

Agradeço ao meu amigo de turma, Matheus Farias, pelo apoio e companheirismo ao longo dessa jornada. Agradeço ao colega Haniel pelo apoio através das conversas sobre bibliografia e dados. Agradeço ao colega Edyr, pela ajuda fundamental com os dados e pelo companheirismo nas publicações. Agradeço a Azenate pela correção e revisão do texto.

Agradeço ao meu orientador, professor Alex, pelas ideias, discussões, correções, incentivo e por buscar o melhor de seus orientandos.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que possibilitou o importante apoio financeiro, que durou um pouco mais de um ano, até eu conseguir um emprego.

*Não há nada que seja percebido e  
sentido tão precisamente quanto a  
injustiça*  
Charles Dickens

## RESUMO

A partir da inquietação fundamental sobre a dinâmica da desigualdade de renda no Maranhão, tem-se como problema de pesquisa a busca por entender se a desocupação feminina está associada com a desigualdade de renda. Desse modo, a partir da relação entre mercado de trabalho e desigualdade de renda, essa dissertação tem como objetivo principal averiguar a influência da desocupação por gênero provocada pelo mercado de trabalho maranhense na explicação da desigualdade de renda medida pelo Índice de Gini da renda domiciliar per capita entre 2012 a 2020. Para isso, utilizam-se os dados da PNAD Contínua Trimestral. Dentre os resultados obtidos, observou-se a significativa associação entre o nível de desocupação e de subutilização da força de trabalho em relação a desigualdade de renda, bem como a importância da desigualdade de gênero no mercado de trabalho para explicar a desigualdade de renda no Maranhão, durante o período analisado.

**Palavras-Chave:** Desigualdade de Renda; Desigualdade de Gênero; Mercado de Trabalho

## ABSTRACT

Based on the fundamental concern about the dynamics of income inequality in Maranhão, the research problem is the search to understand whether female unemployment is associated with income inequality. Thus, based on the relationship between the labor market and income inequality, this dissertation has the main objective of investigating the influence of unemployment by gender caused by the labor market in Maranhão in explaining income inequality measured by the Gini Index of per capita household income. capita between 2012 and 2020. For this, data from the Quarterly Continuous PNAD are used. Among the results obtained, there was a significant association between the level of unemployment and underutilization of the workforce in relation to income inequality, as well as the importance of gender inequality in the labor market to explain income inequality in Maranhão, during the analyzed period.

**Keywords:** Rent inequality; Gender Inequality; Labor market

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Box Plot.....	44
Figura 2 – Estrutura do Mercado de Trabalho.....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conceitos e Definições das Características de Trabalho.....	47
Tabela 2 - Nível de ocupação, no Maranhão – 2012 a 2020.....	55

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – *Boxplot* da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2019

Gráfico 2 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 3 – PIB do Maranhão, pela Ótica da Produção, a preço de mercado corrente (em milhões R\$) e variação real (em %) – 2010 a 2019

Gráfico 4 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 5 – *Boxplot* da Taxa da Renda Média Real, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 6 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa da Renda Média Real, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 7 – *Boxplot* da Taxa de Desocupação, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 8 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa de Desocupação Total, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 9 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa da Desocupação, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 10 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Participação na Força de Trabalho, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 11 – *Boxplot* da Taxa da Força de Trabalho Potencial, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 12 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Força de Trabalho Potencial, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 13 – *Boxplot* da Taxa de Subutilização da Força de Trabalho, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 14 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa de Subutilização da Força de Trabalho, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

Gráfico 15 – *Boxplot* da Taxa da Média de Horas Habitualmente Trabalhadas, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

## LISTA DE SIGLAS

DIRF	Declarações anuais de Imposto de Renda Pessoa Física
GAPE	Grupo de Análise da Política Econômica
GINIRDPC	Gini da renda domiciliar per capita
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PEA	Pessoa economicamente ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD Contínua	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
POC	Pessoas ocupadas com rendimento
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDPC	Rendimento domiciliar per capita

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2. DESIGUALDADE DE RENDA, MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO</b>	<b>19</b>
2.1 Por que a desigualdade de renda? .....	19
2.2 A importância do mercado de trabalho na determinação da desigualdade de renda .....	24
2.3 As relações entre mercado de trabalho e desigualdade de gênero .....	30
2.4 Metodologia.....	43
2.4.1 Metodologia do Indicador: Índice de Gini .....	48
<b>3. A IMPORTÂNCIA DA DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE PARA EXPLICAR A DESIGUALDADE DE RENDA EM GERAL .....</b>	<b>49</b>
3.1 Desigualdade de renda e gênero no Maranhão .....	49
3.2 Discussão e Resultados .....	51
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>72</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O tema da desigualdade tem ganhado, ao longo do século 21, grande notoriedade, tornando-se um tema de intenso debate e inúmeras publicações. Medeiros (2012) chegou a afirmar que esse tópico deixou de ser um tema periférico dentro da ciência econômica e passou a ser objeto de estudo de proeminentes pesquisadores e centros de pesquisa. Essas pesquisas mostraram que houve aumentos na desigualdade nos países desenvolvidos, fato este particularmente observado nos EUA e em países europeus como Inglaterra, Espanha, Itália etc. nos trabalhos de Piketty (2014 e 2015) e Stiglitz (2013). Esse fenômeno também foi explicitado no Brasil, particularmente por Medeiros (2015). Desta forma, esse tema é de fundamental importância para se entender e explicar a sociedade brasileira.

Alguns fatos se sobrepõem para justificar a importância desse tema. Em uma pesquisa de Hoffmann (2006), este analisou a desigualdade da distribuição de renda no Brasil de 1995 a 2005 e utilizou os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para o rendimento domiciliar per capita (RDPC), rendimento mensal de todas as fontes por pessoa economicamente ativa (PEA) com rendimento positivo (PEA com renda positiva), rendimento mensal de todas as fontes para a PEA total e rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas ocupadas com rendimento (POC). Dessa forma, chega à conclusão de que, a partir de 1995, houve o início da estabilização de redução da desigualdade, que se firmou em 2001. Isso pode ser percebido pela comparação do rendimento domiciliar per capita (RDPC) de 2001 com 2005, o que levou o autor a verificar que há menos pobres em 2005 e estes são “menos pobres”.

Corroborando com a análise desse fenômeno, Paes de Barros et al (2006) pesquisou sobre as causas imediatas da queda da desigualdade de renda no Brasil entre 2001 e 2004. Para isso, utilizou simulações contrafactuais que envolviam a renda per capita das famílias com a curva de Lorenz e coeficiente de Gini para obter a distribuição de renda, para então alcançar as “funções das distribuições conjuntas dos fatores determinantes” (Barros et al, 2006, pág. 128). Os resultados obtidos apontam que a desigualdade caiu fortemente a partir 2001 e perdurou ao longo dos anos investigados. As causas estão relacionadas com a melhora no mercado de

trabalho, o que contribuiu com maior participação da renda derivada do trabalho; outra causa foi o desenvolvimento de redes de proteção mais eficazes e o aspecto demográfico com mais adultos nas famílias, o que implica em mais pessoas com possibilidade de ocupação.

Desta forma, em outro trabalho, Paes de Barros et al (2010) defendem que na primeira década do século atual, o Brasil passou por profundas transformações, especialmente com a queda acentuada da desigualdade da distribuição da renda. Isso possibilitou uma grande diminuição nos níveis de pobreza e extrema pobreza, o que pode ser verificado pela taxa de crescimento anual da renda dos mais pobres, que foi superior à taxa de crescimento da renda anual dos mais ricos. Segundo os autores, nesse período ocorreu uma diminuição de cerca de 60% da desigualdade, o que foi a mola propulsora da redução da pobreza. No entanto, mesmo nesse cenário, salienta-se que o Brasil continuava extremamente desigual e estava inserido nos 10% dos países mais desiguais do mundo.

Nesse contexto, o Maranhão, assim como todo o Brasil, passou por uma razoável melhora. Mas, Lima da Silva (2014) diz que no caso maranhense, a queda dos níveis de desigualdade foi mais modesta do que a média nacional e dos demais estados do Nordeste, e que em 2010 o Maranhão era o sétimo estado mais desigual do Brasil, com Gini da renda domiciliar per capita de 0,62, só apresentava menos desigualdade do que Amazonas (0,65), Roraima (0,63), Distrito Federal (0,63), Acre (0,63), Alagoas (0,63) e Pará (0,62). Além disso, a autora aponta que a diminuição da desigualdade não foi uniforme no estado, pois, embora tenha havido melhora no Gini em 120 municípios, em outros 14 houve constância, mas em 83 municípios maranhenses o Gini aumentou.

Por outro lado, Medeiros et al (2015), contrastando com esses resultados apresentados anteriormente, pesquisaram sobre o topo da distribuição de renda no Brasil (os 5%, 1% e 0,1% mais ricos), comparando os dados tributários com os resultados das pesquisas domiciliares. Isso foi feito a partir dos dados das declarações anuais de Imposto de Renda Pessoa Física (DIRF) da Receita Federal entre 2006 e 2012. Os autores afirmam que os levantamentos domiciliares tendem a subestimar os rendimentos mais elevados, e isso acontece por motivos diferentes, embora isso seja mais difícil de acontecer nas declarações tributárias. Desta forma, assinala-se como principal conclusão que, pelos dados tributários, a concentração de renda entre os mais ricos é muito mais elevada do que a apresentada nos dados domiciliares. Outra

conclusão importante é de que não houve queda na desigualdade, mas apenas estabilidade no nível de desigualdade ao longo dos anos 2000 até 2012.

No entanto, diferentes autores expõem resultados que indicam que a desigualdade de renda entra em uma tendência de elevação no período a partir de 2014. Hoffman (2017), partindo do questionamento sobre o que mudou em 2015 na distribuição de renda e utilizando os microdados da PNAD e, mais especificamente, a decomposição da renda domiciliar per capita (RDPC) no Brasil, mostra que em 2014 houve uma interrupção no processo de redução da desigualdade de renda. O autor diz que isso é derivado da concentração da renda domiciliar per capita (RDPC) nos rendimentos diretamente derivados do governo, o salário dos funcionários públicos estatutários e as aposentadorias e pensões oficiais.

Aprofundando esse diagnóstico, Barbosa et al (2020) mostram que no período de 2012 a 2018 a desigualdade e a pobreza aumentaram, e o bem-estar agregado caiu. Os autores apresentam vários elementos, destacando-se dentre eles o fato de que, por mais que tenha havido uma pequena recuperação entre 2017 e 2018 na renda média, esta ainda ficou abaixo do nível 2014, e a recuperação observada pelo pequeno crescimento de 2015 a 2018 ficou majoritariamente nas mãos dos mais ricos, cerca de 80%. Um importante motivo pelo qual isso aconteceu está relacionado com o mercado de trabalho, pois, enquanto este foi a mola propulsora da melhora nas condições de vida da primeira década, nesse período analisado, ele foi um dos principais fatores que agravaram a crise, correspondendo a 30% da piora do Índice de Gini entre 2015 e 2018. Os autores dizem que:

No caso do coeficiente de Gini, a redução da desigualdade entre 2012 e 2015 já vinha ocorrendo em ritmo cada vez mais lento, com reversão dessa trajetória no ano seguinte. O Gini deu saltos particularmente intensos em 2016 e em 2018, fazendo com que o Brasil registrasse, nesse último ano, o maior nível de desigualdade da série: 0,545, valor quase 1% mais alto do que o de 2012 e cerca de 4% maior do que o de 2015. (BARBOSA et al, 2020, p. 18)

Neri (2019), ao observar esse fenômeno por outra ótica, utilizou-se dos dados da PNAD Contínua para expor que a desigualdade pela renda domiciliar per capita aumentou por 17 trimestres seguidos, comparando-se com o mesmo mês do ano anterior. Uma das principais conclusões é de que houve um pico histórico no movimento de concentração por tantos períodos seguidos. Outra conclusão é que a recessão foi muito mais severa na base do que na média e no topo da distribuição.

Por fim, o autor afirma que dentre os grupos que tiveram maiores perdas da renda do trabalho estão os jovens de 20 a 24 anos (17%), a população negra, com perda de renda de 8%, analfabetos 15%, moradores do Norte e Nordeste do Brasil, 13% e 7%, respectivamente.

Portanto, a partir de todos esses dados apresentados, ao longo da década de 2000, houve uma significativa queda na desigualdade de renda em todo o país, mas não na magnitude captada pelos dados domiciliares. Um resultado que demonstra essa argumentação é que a melhora observada na década de 2000 foi desfeita na década de 2010. No Maranhão, essa queda da desigualdade foi de 4,62% entre 2000 e 2010, obtendo uma leve melhora, saindo de um Índice Gini de 0,65 em 2000 para 0,62 em 2010, ficando, mesmo assim, atrás de todos os estados do Nordeste, conforme Lima da Silva (2014).

A partir das pesquisas no âmbito do Grupo de Análise da Política Econômica (GAPE/UFMA), algumas questões geraram inquietações e suspeitas. Constatou-se que a desigualdade de renda no Maranhão entre 2012 e 2020 não apresentou diminuição, mas, pelo contrário, ao final de 2020, o patamar da desigualdade de renda estava no mesmo nível de 2012, como será demonstrado nos resultados. A partir desse fato apresentado, constitui-se como interrogação a ser respondida por esse trabalho, qual variável do mercado de trabalho exerce mais influência na explicação da desigualdade de renda no Maranhão, a ocupação ou a desocupação?

Outra inquietação, que é a suspeita mais importante para esse trabalho e constitui-se como o problema de pesquisa, é saber se a desigualdade de gênero é um aspecto importante para explicar a desigualdade de renda no Maranhão. Desta forma, partindo da importância desse tema, esta dissertação tem como objetivo principal verificar a influência da desigualdade de gênero no mercado de trabalho maranhense para a explicação da desigualdade de renda do estado entre 2012 a 2020.

Para esse intento, utiliza-se como objetivos específicos: i) apresentar os conceitos teóricos que são importantes para a compreensão do tema; ii) expor a dinâmica da desigualdade de gênero de maneira ampla por meio da revisão de literatura; iii) apresentar a importância da desigualdade de gênero no mercado de trabalho maranhense para explicar a desigualdade de renda, pela análise exploratória de dados.

No capítulo 1, apresenta-se a base teórica para o debate sobre igualdade e desigualdade a partir da contribuição de Amartya Sen, Anthony Atkinson, Thomas

Piketty e Angus Deaton. Logo em seguida, expõem-se em forma de revisão de literatura alguns resultados e teorias sobre como o mercado de trabalho se inter-relaciona com a desigualdade de renda, para então apresentar algumas discussões consolidadas sobre como o mercado de trabalho determina a desigualdade de gênero. Por fim, apresenta-se a base de dados e os aspectos metodológicos.

No capítulo 2, há uma breve contextualização sobre a dinâmica da desigualdade de renda no Maranhão e, logo em seguida, parte-se para a apresentação dos resultados. Finaliza-se com as conclusões.

## 2. DESIGUALDADE DE RENDA, MERCADO DE TRABALHO E GÊNERO

Nesse capítulo apresenta-se um sucinto debate teórico sobre o tema da desigualdade de renda e sobre a influência do mercado de trabalho em sua determinação, para então expor as discussões e resultados mais recentes sobre a relação entre desigualdade de gênero, desigualdade de renda e mercado de trabalho. Por fim, apresenta-se os aspectos metodológicos.

### 2.1 Por que a desigualdade de renda?

Apresentam-se a seguir as contribuições de quatro importantes economistas que se debruçaram sobre o estudo das desigualdades e apresentaram importantes contribuições. Mais especificamente, utilizam-se as obras *Desigualdade Reexaminada* de Sen; *Desigualdade: O que podemos fazer?* de Atkinson; *Economia da Desigualdade* de Piketty e *A grande Saída*, de Deanton.

Primeiramente, deve-se começar pelas ideias de Sen, pois foi a construção teórica desse economista indiano que forneceu uma metodologia para lidar com os aspectos mais fundamentais sobre a desigualdade social, ao questionar tanto a Teoria de Bem-Estar welfarista quanto as respostas dadas por seus pares, tais como John Rawls e Ronald Dworking, à pergunta “igualdade de que?” (Sen, 2001). Desta forma, Sen aponta duas questões principais e norteadoras: A diversidade humana e os diferentes tipos de igualdade.

Nesse sentido, a diversidade humana é o ponto de partida que Sen utiliza para responder à pergunta “igualdade de quê?”. Sen aponta que os seres humanos diferem uns dos outros de muitas maneiras, uma vez que as diferenças se dão tanto nas características externas e circunstanciais, ligadas a dotações de riqueza, aos ambientes naturais/geográficos diferentes, às oportunidades diferentes que a comunidade na qual o indivíduo está inserido oferece ou não, e até mesmo fatores epidemiológicos de cada região afetam o bem-estar. Além destas, as diferenças pessoais relacionadas a idade, sexo, aptidões físicas e mentais também são importantes para lidar com a desigualdade, pois, conforme o próprio Sen exemplifica, uma pessoa pode ser incapacitada para realizar determinadas ações que uma pessoa de corpo hábil consegue, mas, ainda assim, ambas podem ter a mesma renda (SEN, 2001).

É para este ponto que o indiano nobelista quer chamar a atenção, “a desigualdade em termos de uma variável (ex. renda) pode nos conduzir no sentido, bem oposto, da igualdade no espaço de outra variável (SEN, 2001, pág. 51). Ou seja, isso significa que, conforme explica o autor, as diversas vantagens e desvantagens relativas que as pessoas possuem podem ser julgadas por outras diversas variáveis. Por isso, ao focar em uma determinada variável para aferir a igualdade ou desigualdade entre as pessoas, necessariamente implica em tomar a difícil decisão com respeito à abordagem a ser utilizada. Desse modo, tem-se o problema do “espaço de avaliação”, que é justamente a escolha das variáveis focais que são consideradas focais e relevantes para se analisar a desigualdade (SEN, 2001).

Exemplificando essa argumentação, Sen (2001) afirma que igualitaristas de uma única variável, como os igualitaristas de direito ou igualitaristas de renda, não podem reivindicar o tipo específico de igualdade que defendem de maneira coerente e substancial, sem que afete um outro tipo de igualdade. A explicação para isso é justamente a diversidade humana. Um caso concreto é a grande diferença entre uma pessoa que nasce no Zimbábue e outra que nasce na Noruega. As características contextuais totalmente diferentes de cada uma dessas duas pessoas fazem com que o intento igualitarista de um campo acabe por rejeitar a igualdade de outro campo, o que faz com que esse tipo de igualitarismo gere o contrário de seu objetivo, pois reforça a não unificação das condições.

Amartya Sen (2001) responde a esse dilema por meio de uma nova proposta, baseada nos conceitos de *capability* e *capacity*. *Capability* é possuir a capacidade necessária para desenvolver determinada tarefa ou função, buscar e almejar determinado objetivo, são os recursos e habilidade que as pessoas possuem. Já *capacity* é ter a possibilidade de escolher quais capacidades e habilidade se quer usar ou desenvolver; é possuir a liberdade de escolha para fazer ou deixar de fazer, de modo que tal pessoa goze de fato do poder da escolha genuína. É exatamente esse último elemento que Sen aponta como o que de fato deve ser igualado. Sen insere-se nas teorias igualitaristas de oportunidades, que pressupõem que as pessoas devem ser compensadas por desigualdades pelas quais não podem ser responsabilizadas, de forma que seja possível cada um dos membros de uma sociedade concretizar os seus planos de vida e realizar o que valorizam.

Com essa abordagem, Sen afasta-se da posição do seu mentor e das abordagens tradicionais que enfocavam nos bens primários, recursos ou renda real

como variáveis que deveriam ser igualadas. Por isso, a abordagem de Sen teoriza que são as capacidades para realizar funcionamentos que produzem liberdade, que conduz ao bem-estar. Essa é a essência da proposta seniana, a liberdade para que uma pessoa alcance o bem-estar consiste na possibilidade de possuir oportunidades para realizar diferentes atividades, possuindo o poder de escolher o que se quer realizar. Portanto, essa abordagem enfoca a igualdade de oportunidades como o meio pelo qual as pessoas podem exercer a liberdade substantiva e, dessa maneira, será possível ter uma “vida boa”, pois será possível fazer escolhas genuínas. Essa é a sociedade que combate as desigualdades, segundo Amartya Sen.

Anthony Atkinson, por outro lado, tem como objetivo em suas propostas não necessariamente eliminar todas as diferenças nos resultados econômicos, mas sim reduzir a desigualdade abaixo do nível atual, a partir do pressuposto de que o nível atual é excessivo (Atkinson, 2015). Desta forma, o autor, concordando com a visão seniana, mas contrastando-a, diz que geralmente quando se utiliza o termo “desigualdade” há uma busca implícita pela igualdade de oportunidades e, de fato, Atkinson reafirma a relevância e importância da busca, pois nivela as condições de igualdade, ou seja, a desigualdade de oportunidades é um termo *ex ante* que tem como mote a busca para que todos saiam do mesmo ponto de partida. Mas Atkinson afirma que a preocupação com os resultados não deve ser extirpada, como se uma vez que as condições das pessoas tenham sido niveladas, não se pudesse questionar os resultados. Dentre os motivos listados pelo autor, um deles é que:

A desigualdade de resultados afeta diretamente a igualdade de oportunidades para a próxima geração. Os resultados *ex post* de hoje determinam as condições *ex ante* de amanhã (ATKINSON, 2015, p. 33).

Desta forma, Atkinson apresenta propostas sobre o que deve ser feito, em face do elevado nível da desigualdade global. Dentre as propostas, estão: fazer com que o Estado seja um investidor no progresso tecnológico, políticas de remuneração éticas, criação de fundo soberano para o acúmulo de ativos estatais, tributação progressiva, etc.

Já Thomas Piketty (2015) tem um interesse específico em apresentar e debater as questões relativas à desigualdade de renda. Dessa forma, o autor visa a identificar os principais fatos que as teorias da desigualdade e da redistribuição devem levar em consideração, mais especificamente, em sua obra “Economia da Desigualdade”, onde

há a apresentação dos mecanismos que, segundo o autor, produzem as desigualdades. Esses mecanismos apresentados pelo autor são, de um lado, a desigualdade capital-trabalho e de outro, a desigualdade das próprias rendas do trabalho. Ou seja, Piketty (2015) aponta como uma das causas das desigualdades a oposição entre os que detêm o capital e os que não detêm, isto é, a desigualdade de renda tem como uma das causas a distribuição desigual da propriedade do capital.

A segunda causa da desigualdade de renda contemporaneamente é a própria desigualdade da renda do trabalho. O autor exemplifica isso argumentando que foi verificada uma reversão na curva de Kuznets a partir dos anos 70 do século passado, particularmente nos EUA, com aumento de 50% na diferença salarial entre menos bem pagos e os 10% mais bem pagos (PIKETTY, 2015).

E para resolver essa problemática na desigualdade entre as rendas do trabalho, o autor apresenta como instrumentos de redistribuição da riqueza a tributação dos altos salários e a transferência fiscal para os que recebem baixos salários, salário-mínimo, políticas de educação e formação, luta contra a discriminação por parte dos empregadores, grades salariais etc.

Por fim, Angus Deaton (2017), economista que, dentre os já apresentados, despontou mais recentemente com suas pesquisas sobre pobreza, desigualdade, bem-estar e desenvolvimento econômico, tem como foco em seu livro a relação entre desigualdade e progresso. O autor escolhe dois tópicos, em especial, a saúde e padrões materiais de vida. Um aspecto que o autor julga importante mencionar de forma inicial nessa relação entre progresso e desigualdade é que “com frequência, a desigualdade é consequência do progresso” (DEATON, 2017, p.15). Isso significa, em outras palavras, que no processo de criação não há um acesso instantâneo de forma generalizada. Além disso, as medidas que podem proporcionar maior bem-estar, vacinas, saneamento básico, remédios, também não são, na maioria das vezes, massificadas com rapidez.

O autor apresenta uma outra relação entre desigualdade e progresso ao afirmar que:

a desigualdade, por sua vez, afeta o progresso. Isso pode ser bom – por exemplo, crianças na Índia veem o que a educação é capaz de fazer e passam a estudar – ou ruim, quando os vencedores tentam impedir que os outros sigam e destroem a estrada que percorreram (DEATON, 2017, p.15).

Ainda analisando a desigualdade enquanto um efeito do progresso, Deaton (2017) afirma que ao longo da história, os progressos humanos, mesmo os mais benéficos, ocasionaram algum tipo de desigualdade. Isso é explicado pelo autor a partir da argumentação de que, se a desigualdade for comandada pelo progresso, comente-se o grande erro de se valorizar somente o progresso médio ou o progresso dos bem-sucedidos. Essa atitude, conforme o autor, despreza a outra parte da humanidade que não está nessa situação favorável e ignora a contribuição forçada daqueles que foram lesados ou que ficaram para trás.

Trabalhando especificamente a relação entre a saúde e padrões materiais de vida, Deaton (2017) explica que as desigualdades existentes na saúde podem ser consideradas uma das grandes injustiças do nosso tempo.

Quando surgem novas invenções e novas descobertas, alguém tem que ser o primeiro a se beneficiar delas, e as desigualdades decorrentes da espera dos demais são um preço razoável a ser pago. Seria inconcebível que os conhecimentos sobre o fumo fazer mal à saúde tivessem sido suprimidos apenas para impedir o surgimento de novas desigualdades. (DEANTON, 2017, pág. 20)

A partir disso, o autor apresenta um aspecto essencial de seu pensamento. Apresentando uma outra abordagem para o critério de Pareto, que formula a ideia de que é preferível que alguém esteja em melhor condição, desde que ninguém saia ferido, Deaton (2017) afirma que se o bem-estar for definido em termos menos específicos, se não for levado em consideração apenas o aspecto material, então pode-se ter uma visão do bem-estar de maneira mais integral e menos estreita.

Se estes que enriquecem recebem tratamento político privilegiado ou enfraquecem os sistemas públicos de educação ou saúde, de modo que aqueles que não enriquecem são prejudicados no tocante à política, saúde ou educação, então os primeiros podem até ter ganhado algum dinheiro, mas ascenderam a uma melhor situação. Não se deve medir uma sociedade, ou a justiça, apenas pelo padrão de vida. Mesmo assim, economistas com frequência, e de maneira incorreta, aplicam o argumento Pareto à renda, ignorando outros aspectos do bem-estar (DEATON, 2017, p. 20).

Portanto, cada um desses autores oferece um elemento distinto e complementar para entender as desigualdades e a desigualdade de renda. Sen (2001) fornece um paradigma para analisar a igualdade e desigualdade a partir da abordagem das capacidades e da defesa da igualdade de oportunidades. Atikson (2015), tratando mais especificamente sobre a desigualdade de renda, reforça a

necessidade de almejar a igualdade de oportunidades, mas demonstra a importância da igualdade de resultados. Já Piketty (2015), também analisa a desigualdade de renda, mas tem como foco apresentar fatores causadores da desigualdade de renda e algumas intervenções para arrefecer esse processo. Já Deaton (2017) fornece um olhar de como as desigualdades são geradas atualmente em algumas áreas da existência humana, com ênfase na saúde. Também procura demonstrar ações que podem ser tomadas para remediar e evitar o aprofundamento das desigualdades.

## **2.2 A importância do mercado de trabalho na determinação da desigualdade de renda**

Em um estudo focado em entender como o emprego fortalece a desigualdade de renda comparando o Brasil com os EUA, Maia et al (2019) analisaram como a estrutura ocupacional se relaciona com a desigualdade de renda nos quantis inferiores da distribuição. A partir do reconhecimento de certas semelhanças entre Brasil e EUA, principalmente demográficas e importância econômica, os autores afirmam que as diferentes trajetórias em termos sociais, econômicos e institucionais geraram sociedades com níveis de desenvolvimento socioeconômico. Nesse sentido, o objetivo principal de Maia et al (2019) é mostrar como essas características societárias estão intimamente relacionadas com a estrutura ocupacional.

Em uma caracterização dessa relação em ambos os países, Maia et al (2019) dizem que no Brasil a estrutura ocupacional reflete amplamente o nível de subdesenvolvimento. Dentre os principais gargalos, alguns se destacam, começando pelo mais citado, o baixo nível de qualificação do capital humano, que pode ser demonstrado pelos níveis preocupantes de educação, qualificação profissional e saúde, o que provoca a baixa produtividade do trabalho, a grande oferta de mão de obra não qualificada, trabalhadores altamente qualificados relativamente escassos.

O desenvolvimento das instituições também integra os principais gargalos no Brasil, conforme os autores, envolvendo o arcabouço regulatório pesado sobre os negócios e sobre o mercado de trabalho, a distribuição desigual da riqueza e do poder político e a própria necessidade de aprimoramento e inclusão das instituições econômicas e políticas. O terceiro gargalo apresentado como sendo fundamental para explicar como a estrutura ocupacional reflete o subdesenvolvimento do Brasil é o

baixo investimento em infraestrutura, principalmente nos transportes, no saneamento e no acesso a tecnologias de informação e comunicação.

Já nos EUA, o cenário é de uma estrutura ocupacional pós-industrial e fortemente voltada para serviços especializados, associado com grande divisão do trabalho e alta produtividade. Uma das principais mudanças ocorridas ao longo do século 21 foi a implementação em larga escala de tecnologias da informação e comunicação, tanto para melhorar a produtividade quanto para acompanhar detalhadamente o desempenho do trabalhador. Nesse contexto, enquanto houve aumentos de empregos para gestores, técnicos e profissionais especializados, não aconteceu o mesmo com os empregos agrícolas e nas manufaturas, fazendo com que esses setores diminuíssem sua importância na economia norte-americana.

Dentre os principais resultados, primeiramente em relação à contribuição da renda do trabalho para a desigualdade total, Maia et al (2019) dizem que nos últimos 30 anos o Brasil teve um grande crescimento demográfico e econômico, inclusive na renda per capita, reduzindo as grandes diferenças de renda que tinha em relação aos EUA, embora a renda média norte-americana continue consideravelmente superior, e o nível da desigualdade continue menor nos EUA. No entanto, as razões para essa diminuição da distância podem ser explicadas pela variação acumulada da fonte do trabalho e da variação acumulada da renda de outras fontes.

Entre 1983 e 2013, a renda do trabalho cresceu mais rapidamente para os mais pobres no Brasil e mais rapidamente para os mais ricos nos EUA. No Brasil, essa renda aumentou 51% para os 10% mais ricos e 86% para os 40% mais pobres; nos EUA, aumentou 60% para os 10% mais ricos e apenas 2% para os 40% mais pobres. A renda média de outras fontes cresceu quase cinco vezes no Brasil, entre 1983 e 2013, principalmente por causa dos programas de transferência de renda e dos benefícios sociais, contribuindo para aumentar o valor médio recebido na base da distribuição e reduzir a desigualdade de renda. Nos EUA, devidos às crises financeiras na década de 2000, a queda do recebimento de outras rendas afetou mais intensamente os mais ricos, que possuem mais renda proveniente de juros e dividendos. Entre 2000 e 2003, caiu 30%, e entre 2007 e 2013, caiu 27%.

Uma conclusão importante nesse ponto é que a renda do trabalho representa a maior parcela da renda total das famílias e tem um papel extremamente importante para explicar a dinâmica de desigualdade de renda, pois o trabalho continua sendo a fonte de renda predominante para todos os grupos de renda. Já em relação à estrutura

ocupacional e à desigualdade de ganhos, como as recompensas trabalhistas para os grupos sociais de baixa qualificação, são relativamente menores no Brasil do que nos EUA. As diferenças de renda entre os grupos ocupacionais no Brasil tendem a ser maiores, mesmo com o aumento mais rápido dos rendimentos médios no Brasil na base da distribuição entre 1983 e 2013.

No caso dos EUA, em relação à estrutura ocupacional e desigualdade de ganhos, o crescimento da desigualdade de rendimentos identificado no país tem como um dos principais motivos a dinâmica de ganhos dentro dos grupos ocupacionais no topo da distribuição. Os ganhos desses profissionais contribuíram para um aumento de 12 pontos no Índice de Theil<sup>1</sup>. Desse modo, a desigualdade nos EUA se deve principalmente às diferenças não observadas dentro das ocupações e tem crescido em grande parte devido aos maiores rendimentos entre os trabalhadores altamente qualificados.

No Brasil, os grupos ocupacionais de baixa qualificação e baixa remuneração, que seriam considerados como de pobreza extrema pelos padrões dos EUA, são um reflexo da grande concentração de pessoas na parcela mais baixa da distribuição e têm como principal fator explicativo o mercado de trabalho brasileiro. O estudo conclui que a estrutura ocupacional é a principal fonte, independente de desigualdade entre os dois países.

Do ponto de vista de uma análise global das causas da desigualdade de renda ocasionadas pelo mercado de trabalho, Kochan (2016) apresentou várias razões para o crescimento da desigualdade de renda a partir das mudanças nas relações de trabalho que ocorreram a partir da década de 1980, inicialmente nos EUA, mas que servem de tendências para outros países ocidentais industrializados. O objetivo é mostrar que, em grande parte, o aumento da desigualdade de renda está relacionado com as mudanças nas relações de trabalho. Desse modo, o autor explica a discrepância e divergências de salários e produtividade a partir das organizações e instituições.

Kochan (2016) apresenta várias causas para o aumento da desigualdade de renda a partir das mudanças no mercado de trabalho. Dentre as causas mais

---

<sup>1</sup> O Índice de Theil é uma medida estatística da distribuição de renda. O índice de Theil é dado pelo logaritmo natural da razão entre as médias aritméticas e geométricas da renda familiar per capita média. Se a razão entre as médias for igual a 1, Theil será igual a zero, indicando perfeita distribuição. Quanto maior a razão entre as médias, maior será o valor para o índice de Theil, e pior será a distribuição de renda.

conhecidas, a primeira é a mudança tecnológica com tendência qualificada (*skilled biased technological change*), que nada mais é do que uma explosão de novas tecnologias que causam uma forte demanda por trabalhadores altamente qualificados, o que provoca um aumento da desigualdade de rendimentos entre os trabalhadores. Ainda nesse aspecto, o autor diz que a desigualdade de renda também aumenta porque os trabalhadores de baixa e média qualificação se deslocam em busca de empregos com salários mais baixos, aumentando a competição entre eles.

A segunda causa mais conhecida é a globalização, que pode ser observada em um exemplo/dado por Kochan (2016). Ele afirma que desde a década de 1980 os EUA perderam um pouco mais de um terço dos empregos industriais e, posteriormente, os trabalhadores que recuperaram seus empregos experimentaram reduções salariais em cerca de 20%. O autor então aprofunda-se nas causas relacionadas a dois aspectos do mercado de trabalho que causaram aumentos na desigualdade de rendimentos, suas instituições e sua organização.

Dentre as instituições do mercado de trabalho destacam-se o salário-mínimo, os sindicatos e os regimes regulatórios, com suas redes de segurança. Sobre o salário-mínimo, o autor diz que durante a década de 1980, nos EUA, a maior parte do crescimento da desigualdade de renda em relação às pessoas que estavam na base da distribuição foi por causa do declínio do salário-mínimo. Dessa forma, a queda do valor do salário-mínimo é fator extremamente deletério para aqueles que estão na base da distribuição salarial.

Sobre os sindicatos, Kochan (2016) afirma que o declínio dos sindicatos e do poder de barganha também contribuiu para o problema. Isso foi verificado por meio dos resultados salariais das negociações coletivas após 1980, em comparação com as décadas anteriores, na perda da capacidade de ameaçar e realizar greves. A terceira causa dentro das instituições do mercado de trabalho foi a deterioração dos regimes de trabalho e suas redes de segurança, principalmente nos setores de baixos salários, com pouca fiscalização do governo e declínio da participação dos sindicatos. Com isso, houve uma fragilização do poder de persuadir contra a violação das normas trabalhistas, particularmente na violação salarial manifestada no pagamento de salários insuficientes ou na ausência do pagamento de horas extras.

Outras causas são apresentadas dentro das mudanças organizacionais, dentre as quais se destacam a financeirização e a fissura das relações trabalhistas. Kochan (2016) afirma que as características organizacionais têm importância significativa nas

variações salariais dentro e entre as indústrias. Uma das principais consequências foi o enorme crescimento da remuneração dos CEOs, o que provocou um deslocamento desses salários em relação à remuneração média dos trabalhadores.

Outra consequência da financeirização, segundo o autor, foi um maior foco no valor para o acionista, que pode ser observada nas mudanças organizacionais das empresas. Uma dessas é destacada pelo autor, a flexibilização, que passou a incluir o uso de mão de obra temporária ou trabalhadores contratados. E foi justamente isso que constituiu a fissura das relações de trabalho, a movimentação de relações de trabalho fora da organização por meio desses trabalhos temporários e terceirizados que, segundo o autor, são subcontratados. O principal ponto de preocupação nesse sentido é o maior risco de lesões, acidentes e violação da lei trabalhista.

Em uma pesquisa focada exclusivamente no caso brasileiro, Azevedo e Foguel (2007), por meio da decomposição da desigualdade dos rendimentos do trabalho no Brasil, para o período de 1995 a 2005, verificaram que quase todas as medidas de desigualdade mostraram redução da concentração dos rendimentos do trabalho. Dentre os principais efeitos explicativos, os autores descartaram a heterogeneidade dos trabalhadores em termos de experiência, mas ressaltaram outros dois efeitos principais. O efeito preço médio da educação é o principal elemento para explicar a queda dos rendimentos do trabalho de 1995 a 2001 e de 2002 a 2005.

De 1995 a 2001, vários fatores foram analisados para explicar essa queda, dentre os quais, o preço médio da educação, aumento no preço médio da experiência, e relativa estabilidade no preço dos não observáveis, aumento da dispersão educacional e relativa estabilidade da dispersão em experiência. Destes, o único fator que contribuiu para a queda da desigualdade dos rendimentos do trabalho no Brasil foi justamente a redução do retorno médio a educação.

O mesmo ocorre entre 2002 e 2005, com a diferença de que houve redução da dispersão educacional e aumento da dispersão em experiência, mas de modo geral, juntados os dois períodos, Azevedo e Foguel (2007) afirmam que somente as reduções no retorno médio e na dispersão educacional contribuíram para a queda na desigualdade.

Já Hoffmann (2006), utilizou os dados das PNADs, a partir de uma metodologia de decomposição das medidas de desigualdade. Particularmente em relação a variação do índice de Gini no Brasil, estimou-se que no período 2002-2005 a variação desse índice foi de -0,0185, verificando que 69% dessa variação está associada ao

rendimento de todos os trabalhos e 31,4% ao crescimento das rendas de transferências do governo. Quando se observa o período da pesquisa como um todo, de 1997 a 2004, do ponto de vista do Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita no Brasil, houve uma diminuição ao longo dos anos. Em 1998, o Índice de Gini domiciliar per capita era de 0,5984 e em 2004, foi de 0,5687, de modo que a maior parte dessa redução está associada ao rendimento de todos os trabalhos, cerca de 65,5%.

Feijó et al (2018) em uma pesquisa que analisa dados mais recentes para a composição da desigualdade de renda, aplicaram uma nova técnica que reconcilia a decomposição por fatores (variáveis explicativas) e subgrupos com os atuais modelos de regressão. Desse modo, no trabalho foi feita uma decomposição da desigualdade total por setores da economia (agrícola, indústria e serviços), conjuntamente com a parcela da desigualdade de cada setor explicada por cada componente da regressão de salários. Foram utilizados os dados da PNAD de 2013, focando principalmente do Nordeste e Sudeste.

Dentre os principais resultados, verificou-se que o vínculo formal de emprego foi mais importante do que a educação para explicar os níveis de desigualdade salarial no setor agrícola, tanto em nível de Brasil (11,37% contra 9,82%), quanto na região Nordeste (13,46% contra 2,90%). No setor industrial nordestino, o padrão se repete, e a formalização contribuiu com 14% para a explicação da desigualdade salarial. No Sudeste, a importância da educação foi ligeiramente maior (10,66%) do que o vínculo formal (9,67%).

Em relação à contribuição relativa total entre os fatores, a formalização representou 40,42% da desigualdade no setor agrícola. Já na indústria e serviços, a educação teve maior peso explicativo para a desigualdade em cada setor, com 15,02% e 19,97% respectivamente. Em relação à desigualdade intrasetores no Brasil, Feijó et al (2018) afirmam que 61% vêm do setor de serviços, 21% da indústria e 18% do setor agrícola. No Nordeste, esses percentuais foram, respectivamente, 24%, 21%, 55%. No Sudeste, destaca-se que apenas o setor de serviços foi responsável por 71% da desigualdade intrasetores, acompanhado por 7% no setor agrícola e 22% na indústria.

Os autores argumentam que esses resultados demonstram que aspectos pouco explorados na literatura sobre decomposição, particularmente a importância formalização para compreender os níveis de desigualdade no contexto brasileiro e

especialmente no Nordeste, onde a formalização é o fator determinante para explicar a desigualdade no setor agrícola e a disparidade na indústria. Diferentemente do resultado para o Brasil, que tem como fator principal a educação.

Uma vez que se pode entender de maneira mais ampla algumas inter-relações entre mercado de trabalho e a desigualdade de renda, busca-se no próximo tópico entender como especificamente o mercado de trabalho explica e determina a desigualdade de gênero.

### **2.3 As relações entre mercado de trabalho e desigualdade de gênero**

Apresenta-se nesta sessão alguns resultados de pesquisas sobre a relação entre desigualdade de gênero e mercado de trabalho. Além do grande volume de pesquisas sobre a desigualdade de gênero nas últimas décadas, ainda se tem grande necessidade de entender como essa relação é importante, principalmente no contexto maranhense. Para que se tenha a capacidade de interpretar essa relação já mencionada, é fundamental observar quais resultados foram encontrados e quais dinâmicas foram reveladas pela literatura especializada.

Do ponto de vista temporal e regional mais amplo, Gasparini et al (2015), ao analisarem as mudanças demográficas e na estrutura familiar nos países da América Latina, constataram um acentuado aumento da participação feminina no mercado de trabalho. No entanto, ainda permanecem diferenças significativas na renda mensal média recebida por homens e mulheres empregadas, principalmente em países com altas taxas de mulheres empregadas na força de trabalho. Gasparini et al (2015) afirmam que uma parte da explicação se deve à menor carga horária de trabalho das mulheres, muito embora a diferença por hora trabalhada também contribua para essa disparidade na maioria dos países da região.

Gasparini et al (2015) perceberam, por outro lado, uma desaceleração na participação feminina no mercado de trabalho na América Latina ao longo da década de 2000, mesmo que alguns fatores, segundo os autores, favorecessem maiores taxas de participação, tais como a maior escolaridade, menos filhos e menor tempo de relacionamento com parceiros. No entanto, um aspecto de grande relevância é apontado por Atkinson (2015) para além dos efeitos na esfera individual. A inserção das mulheres no mercado de trabalho e a correlação entre a renda das mulheres em relação aos seus cônjuges tem efeitos para a renda familiar e, conseqüentemente,

sobre a pobreza e a distribuição de rendimentos da sociedade. Dessa forma, a partir de quais mulheres participam do mercado de trabalho, se são as mais ricas ou as mais pobres, e a partir da relação entre os rendimentos dentro do matrimônio, tem-se impactos diferentes no nível nacional.

Exemplificando essa afirmação, Maxwell (1990) diz que nos EUA do pós-guerra a alta taxa de casamentos de mulheres com homens de baixa renda possibilitou um arrefecimento da desigualdade. Por outro lado, o autor diz que após 1970 viu-se um aumento da participação das mulheres com renda acima da média, que eram casadas com homens de renda alta, o que pressionou a desigualdade para cima. Portanto, dependendo de quais mulheres estão inseridas no mercado de trabalho, pode-se ter um efeito potencializador para atenuar ou potencializar a desigualdade de renda em nível nacional. Gasparini e Marchionni (2015) corroboram com essa tese e concluem que na América Latina, entre 1990 e 2012, a grande entrada de mulheres no mercado de trabalho, principalmente de mulheres mais pobres, permitiu que seus domicílios saíssem da pobreza e reduzissem a distância em relação às famílias mais favorecidas economicamente.

Já analisando países desenvolvidos, Grotti e Scherer (2016) investigaram o aumento da similaridade em relação ao emprego e rendimento entre casais, para entender se isso provoca aumentos na desigualdade de renda entre as famílias. A pesquisa aconteceu na Dinamarca, Alemanha, Itália, Reino Unido e Estados Unidos, com base em dados da década de 1980 até a década de 2000. O método utilizado foi a decomposição do índice de Theil.

As autoras apresentam a discussão sobre as consequências do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, tornando os rendimentos das mulheres cada vez mais relevantes e com maior impacto sobre a desigualdade de renda. Mas a questão é se esse impacto aumenta ou diminui a desigualdade, o que depende, efetivamente, das características socioeconômicas das mulheres.

Dessa forma, Grotti e Scherer (2016) apontam que o aumento na similaridade na renda dos parceiros não representa peso significativo para a mudança da desigualdade, mas, pelo contrário, na maioria dos casos, o aumento dos domicílios com dupla renda, tomados isoladamente, teria contribuído para níveis de desigualdade mais baixos. As autoras concluem que o trabalho e rendimento feminino podem ser um importante equalizador, principalmente em sociedades com elevados níveis de desigualdade.

Do ponto de vista da América Latina, a partir de um estudo comparativo com o Brasil, Bolívia, Peru e Uruguai, Colacce (2018) afirma que se pode vislumbrar algumas possíveis mudanças futuras na desigualdade de renda familiar e na pobreza. A pesquisa estimou o efeito potencial que a eliminação das diferenças de gênero, especialmente provocadas pelas participações no trabalho e na renda, teriam sobre a pobreza e a desigualdade de renda familiar. A técnica usada pela autora é baseada na metodologia de imputação múltipla de dados em falta<sup>2</sup> elaborada por Rubin (1987), aplicada de forma contrafactual. A autora realizou dois exercícios. O primeiro foi verificar o efeito do hiato de renda com a manutenção das diferenças observadas na participação do trabalho; o segundo exercício consistiu na eliminação das diferenças entre homens e mulheres na participação laboral, particularmente na decisão de participar e nas horas trabalhadas.

A razão da escolha desses quatro países se deve ao fato de que estes possuem uma alta participação feminina no mercado de trabalho. E devido à presença dos dois problemas de interesse, o hiato de participação e o hiato de renda. Dentre os resultados obtidos, Colacce (2018) divide entre os efeitos sobre a pobreza e sobre a desigualdade de gênero. Primeiramente, em relação à pobreza, os efeitos são inequívocos e sempre positivos. A autora elabora três cenários, com igualdade de renda, com igualdade de participação e com igualdade de gênero. E em todos esses cenários, a pobreza cai nos quatro países. Os melhores resultados estão no cenário de igualdade de gênero, ou seja, quando a lacuna, tanto da renda quanto da participação, se fecham juntas, estima-se que isso reduz a pobreza entre 49% a 56%, ou seja, quando a soma da redução da disparidade nos três cenários de maneira individual é menor em comparação com o resultado da igualdade de gênero, a diminuição da disparidade de participação/horas trabalhadas em conjunto com a diminuição da disparidade de renda se reforçam mutuamente.

No entanto, ainda em relação à pobreza, a autora observou um padrão que atua sobre a Bolívia e Peru, e outro padrão diferente que atua sobre o Brasil e Uruguai. Na Bolívia e Peru, a maior redução é observada quando o hiato de renda é fechado. Já no Brasil e Uruguai, a maior redução é quando o hiato da participação é fechado.

---

<sup>2</sup> A Imputação múltipla (IM) é uma técnica estatística desenvolvida para tirar vantagem da flexibilidade em cálculos para tratar dados faltantes. Com isso, cada valor faltante é substituído por dois ou mais valores imputados, ao invés de apenas um valor, a fim de representar a incerteza sobre qual valor imputar, permitindo que as estimativas das variâncias estimadas sejam calculadas usando procedimentos de dados completos.

Esses resultados demonstram com mais precisão onde se concentram as maiores desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho de cada país.

Em relação aos níveis de pobreza, Colacce (2018) diz que a eliminação das disparidades de gênero no Uruguai permitiria níveis de pobreza razoavelmente baixos (menos de 15%). No Brasil, o mesmo acontece no cenário de igualdade de participação, mas não no cenário de igualdade de renda, o que é explicado pela estrutura do mercado de trabalho no Brasil, onde uma maior igualdade de renda poderia privilegiar mulheres que já estão inseridas no mercado de trabalho e não necessariamente geraria menor disparidade. Por isso, o Brasil tem mais a ganhar com políticas de aumento da participação feminina, por meio das quais os ganhos em termos de redução da pobreza são maiores ao incluir mulheres que se encontram em uma situação mais vulnerável.

Mas na Bolívia e Peru, os níveis de pobreza continuariam altos (com exceção do cenário de igualdade de gênero no Peru). A autora afirma que o caso da Bolívia é o mais alarmante, pois, menos diminuindo as brechas de participação e renda, a pobreza ainda permaneceria acima de 20%.

Em relação aos resultados sobre a desigualdade, utiliza-se a variação do Índice de Gini da renda do trabalho. Colacce (2018) diz que os efeitos da redução das brechas de gênero no mercado de trabalho não podem ser generalizados, pois depende de cada país e cenário. Para Bolívia, Peru e Uruguai, a desigualdade de rendimentos por hora de trabalho (participação) diminui quando a diferença de rendimentos é encerrada, tanto no cenário de igualdade de rendimentos, quanto na igualdade de gênero, o que não acontece no Brasil. A Bolívia e Peru apresentam uma lacuna maior na parte inferior da distribuição, de modo que o fechamento dessa lacuna implica em efeitos equalizadores nesses países. No Uruguai, as evidências apontaram que a diferença de renda ao longo da distribuição aumenta conforme aumenta o nível de renda, o que pode pressionar o aumento da desigualdade de renda.

No caso brasileiro, Colacce (2018) afirma que há uma especificidade, pois somente no Brasil a desigualdade de rendimentos por hora aumenta ao diminuir a diferença de rendimentos. Isso acontece porque no caso brasileiro, a desigualdade de gênero na renda do trabalho aumenta em conformidade com os aumentos nos níveis de renda. Desse modo, isso significa que o encerramento da desigualdade de gênero na renda do trabalho a partir do aumento do nível de renda afetaria em maior medida as mulheres ocupadas mais ricas. De modo contrário, se a desigualdade de gênero

do trabalho continuar aumentando de acordo com o aumento do nível de renda, então haverá um leve aumento da desigualdade de renda do trabalho, exatamente porque a renda das mulheres mais ricas aumenta. Portanto, o Brasil apresenta os melhores resultados quando há redução da diferença de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

Em relação ao caso especificamente brasileiro, a partir de uma abrangente pesquisa, Silveira e Leão (2020) analisaram a segregação ocupacional<sup>3</sup> por gênero e raça e o impacto destes sobre o diferencial de renda no Brasil entre 1986 e 2015, utilizando-se os dados da PNAD/IBGE. Esse estudo replicou a metodologia de Del Río e Alonso-Villar (2015), que consiste em cinco índices multigrupos que abarcam medidas globais e locais, permitindo a decomposição da desigualdade salarial.

Os autores dizem que houve uma diminuição constante na segregação e nas desigualdades desde 1986, afetando os grupos de raça e gênero. Um exemplo disso, conforme os autores, foi a aproximação entre mulheres negras e homens brancos, ou seja, em 2015, a segregação era menor, e o nível de renda das ocupações menos distante em comparação com 1986. Mesmo assim, notou-se a permanência da discriminação como elemento diferenciador importante na desigualdade salarial entre esses grupos. Particularmente na amostra com ensino superior, constatou-se aumento na discriminação.

Outro aspecto explicitado por Silveira e Leão (2020) é que as mulheres brancas experimentaram as mudanças mais significativas. Particularmente no grupo com ensino superior, em 2015, as mulheres brancas eram o grupo mais bem distribuído, o que significa um menor índice de segregação. Quando se analisa as diferenças salariais de modo geral, houve melhorias importantes no período para todos os grupos, mas as mulheres brancas ficaram acima da média geral. No entanto, em relação ao rendimento com ensino superior, elas se concentram em ocupações que pagam menos ou recebem menos, embora ocupando a mesma posição.

Em relação às mulheres negras, os autores dizem que há uma melhora na estrutura ocupacional no período analisado, principalmente na região Sul e Sudeste. Mas, mesmo as mulheres negras conseguindo ganhos proporcionalmente maiores em

---

<sup>3</sup> “A análise da segregação ocupacional mede a forma como os processos econômicos, políticos e sociais impactam a estrutura produtiva por raça e gênero” (SILVEIRA e LEÃO, 2020, pág. 43).  
“A segregação ocupacional por gênero é dada por uma conformação de fatores que levam à distribuição desigual entre mulheres e homens na estrutura laboral” (SILVEIRA e LEÃO, 2020, pág. 45).

relação aos outros grupos, elas permanecem tendo os piores índices em todas as análises.

Ainda em relação a resultados na década de 2010, mas com foco na relação entre desigualdade de renda, mercado de trabalho e educação, Tai e Bagolin (2018) realizaram uma decomposição da desigualdade salarial por gênero no mercado de trabalho brasileiro, utilizando os microdados do Censo Demográfico Brasileiro de 2010. Tai e Bagolin (2018) afirmam que, ao analisarem o censo brasileiro de 2010, encontraram fatores que são contrários ao empoderamento feminino enquanto mecanismo para o desenvolvimento econômico. A principal descoberta foi de que, contra intuitivamente, o aumento do PIB per capita provoca uma maior diferenciação de renda a favor dos homens em relação às mulheres. As explicações principais se dão a partir da heterogeneidade da desigualdade de renda e na discriminação.

Primeiramente, analisando o impacto da escolaridade em relação à discriminação, a partir de afirmações com base em outros estudos, os autores argumentam que as economias com altas taxas de retorno pela escolaridade apresentam grande desigualdade de renda, pois a estrutura salarial reflete a precificação das habilidades. Desse modo, se os homens possuem em média maior grau de escolaridade, então um aumento na desigualdade de renda representa um aumento na disparidade de gênero. Mas os autores Tai e Bagolin (2018) indicam que esse padrão não se repete no caso brasileiro, porque as mulheres apresentam maior grau de escolaridade. No caso brasileiro, por mais que a discriminação não seja uniforme no mercado de trabalho e diminua à medida que o nível educacional aumenta, como os retornos altos à escolaridade são favoráveis às mulheres, isso possibilita uma mitigação da discriminação sobre os rendimentos destas.

Esse fenômeno é particularmente observado no Norte e Nordeste, regiões que, segundo os autores, ao escalarem os estágios iniciais do desenvolvimento, experimentam transformações econômicas, como a diminuição da desigualdade de renda, muito mais rápido quando comparado com transformações sociais como a diminuição da discriminação e de outros fatores que subvalorizem as características femininas. Tai e Bagolin (2018) dizem que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste observa-se outro comportamento para a disparidade de rendimentos por gênero, pois nessas regiões o aumento do PIB per capita está associado à diminuição da discriminação e de outros fatores que subvalorizem as características femininas que, por sua vez, contribui para a diminuição da desigualdade de renda, havendo uma

maior proporcionalidade entre essas variáveis. Isso resulta em menores incrementos na diferença de rendimentos por gênero. Desta forma, um maior nível de desenvolvimento possibilita o andamento de transformações econômicas e culturais em ritmos muito mais próximos.

No entanto, levando-se em consideração esse último fenômeno, os autores chegam à conclusão de que é justamente esses menores incrementos do aumento do PIB per capita para diminuir a disparidade de rendimento por gênero, o que resulta em uma função crescente da disparidade de rendimento salarial entre homens e mulheres com o aumento do PIB per capita.

Ainda nessa relação entre mercado de trabalho e educação de mulheres e seus impactos sobre a desigualdade no Brasil, Firpo e Hakak (2021) avaliaram os efeitos de fatores educacionais, conjugais e do mercado de trabalho sobre a desigualdade de renda de casais casados, a partir da decomposição baseada em Di Nardo et al (1996), com o objetivo de investigar se a desigualdade de renda familiar foi afetada por mudanças na participação feminina na força de trabalho e na diferença salarial entre homens e mulheres, além de procurarem entender como os retornos à educação, a composição educacional e as escolhas conjugais ajudam a explicar o declínio da renda domiciliar no Brasil entre 1992 e 2014.

Firpo e Hakak (2021) contatam as mudanças ocorridas nas normas sociais e nos papéis das mulheres dentro das famílias nas últimas décadas com importantes implicações, dentre as quais, a decisão de investir em capital humano se tornou mais atraente para as mulheres, mudanças na divisão de trabalho dentro das famílias, o que implicou em mulheres com nível de instrução maior, menos filhos, mais participação no mercado de trabalho e salários mais próximos dos homens.

Dentre as descobertas, Firpo e Hakak (2021) sugerem que: i) as mudanças nos parâmetros educacionais de classificação conjugal tiveram um efeito pequeno, mas estatisticamente significativo, na desigualdade de renda familiar; ii) o crescimento da participação feminina na força de trabalho e a diminuição da disparidade salarial entre homens e mulheres explicam parte do declínio do coeficiente de Gini; iii); o principal impulsionador da redução da desigualdade de renda entre os casais parece ser a diminuição geral nos retornos da educação.

Detalhando os resultados, Firpo e Hakak (2021) dizem que uma parte importante da queda do Coeficiente de Gini até 2014 se deve ao papel desempenhado pelas mulheres casadas no mercado de trabalho, pois, segundo os autores, o

Coeficiente de Gini em 2014 seria maior se não fossem as mudanças observadas, na forma de uma maior participação das mulheres casadas no mercado de trabalho e o conseqüente estreitamento da disparidade salarial entre homens e mulheres. Outro fator que impactou a desigualdade de renda, embora tenha sido pequeno, mas estatisticamente significativo, foram as mudanças nos padrões de escolhas de casamentos, principalmente por causa do nível de escolaridade, que tiveram um efeito de aproximadamente 0,01 ponto na desigualdade de renda em 2014. Esse efeito é pequeno, mas é importante, pois, em países desenvolvidos, os padrões de escolhas para o matrimônio não têm impacto sobre a desigualdade de renda familiar.

Além disso, observou-se também que as mudanças na composição salarial também impactaram o Coeficiente de Gini. Em termos comparativos, se a composição educacional de 2014 fosse a mesma de 1992, o Coeficiente de Gini seria 0,02 ponto menor. Desse modo, os retornos à educação desempenham um papel de grande importância no declínio do Coeficiente de Gini. Mesmo demonstrando isso de forma contrafactual, Firpo e Hakak (2021) afirmam que em 2014 o Coeficiente de Gini foi inferior 0,04 ponto em relação a 1992. Em outros termos, os autores demonstraram que o Gini seria 0,543 e não 0,499 em 2014, se o retorno à educação não tivesse mudado. Portanto, as mudanças pelas quais o Brasil passou em termos de redução da disparidade salarial entre homens e mulheres perpassa pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho, melhora nas taxas de escolaridade e quedas nos retornos à educação.

Por outro lado, Jerônimo Barbosa (2016) apresenta esse debate por outra perspectiva, pois, segundo o autor, a maioria dos estudos sugere que os índices de desigualdade de renda estejam relacionados a aspectos conjunturais e a políticas públicas. Então, o autor foca no processo de temporalidade e seus respectivos vetores de curto e longo prazo, como categorias diferentes que apresentam causas diferentes. Desse modo, se analisa a distribuição dos rendimentos do trabalho para as pessoas com idades entre 25 e 65 anos, entre 1981 e 2013, com análises separadas para homens e mulheres, uma vez que os mecanismos de mercado atuam de forma diferente sobre homens e mulheres<sup>4</sup>. Sendo assim, o objetivo deste estudo, conforme

---

<sup>4</sup> “A inserção dos homens na PEA (População Economicamente Ativa) permaneceu estável durante todo o período considerado, ao passo que, entre as mulheres, os padrões de atividade alteraram-se intensamente” (JERÔNIMO BARBOSA, 2016, p. 368).

Jerônimo Barbosa (2016) é diferenciar os vetores de curto e longo prazo, divididos em três categorias e nomeados de “idade”, “período” e “coorte”.

Para responder à pergunta norteadora “em que medida o movimento das desigualdades de rendimento do trabalho responde a processos de longo prazo?”, Jerônimo Barbosa (2016) primeiramente explica a diferença entre as três categorias. A categoria *efeitos da idade* está relacionada com as barreiras e oportunidades específicas que indivíduos com diferentes idades encaram, de modo que, dentre as diversas trilhas a serem percorridas, no final pode-se deparar com redução ou ampliação das desigualdades iniciais. Mas existem também os fatores de curto prazo, a conjuntura macroeconômica e política, que afetam todos ao mesmo tempo, independentemente da idade e geração. O autor chama isso de *efeitos de período*. A terceira categoria, os *efeitos de coorte*, são os processos de substituição geracional, nos quais a experiência de cada nova geração que ingressa no mercado de trabalho ocorre em condições específicas.

Jerônimo Barbosa (2016) apresenta como resultados, primeiramente, que no caso dos homens, a queda da desigualdade observada na base e no meio da distribuição de renda é consequência, principalmente, de processos de longo prazo, conforme as gerações se substituíam no mercado de trabalho. No entanto, há uma diferença entre coortes, que de 1916 a 1950, foram crescentemente desiguais. Segundo o autor, o motivo foi a dinâmica de industrialização e urbanização no Brasil. Mas as coortes pós 1955 tornaram-se mais iguais, coincidindo com a sua homogeneização educacional e com a modernização da economia. Em relação aos efeitos de curto prazo sobre o rendimento masculino nesse período, Barbosa (2016) diz que os efeitos foram zero, mas que, posteriormente, os efeitos conjunturais contribuíram fortemente para elevar as desigualdades na década de 1980. Dessa forma, as medidas políticas tomadas no final da década de 1990 conseguiram mitigar na década de 2000 as consequências das crises e instabilidades da década de 1980.

No caso das mulheres, Jerônimo Barbosa (2016) apresenta alguns resultados diferentes. Primeiramente, o autor diz que a desigualdade de renda do trabalho pelo efeito da coorte permaneceu estável e não houve associação com a igualdade de oportunidades educacionais. No entanto, a queda dos indicadores de desigualdade de rendimentos do trabalho entre homens e mulheres, observada, principalmente a partir de 1993, se deve aos efeitos de período, ou seja, foram processos equalizadores mais recentes que favoreceram mulheres de todas as gerações e ao mesmo tempo.

Em relação às perspectivas futuras, o World Economic Forum (2021) publicou um relatório global sobre as lacunas de gênero. A 15ª edição do Global Gender Gap Report analisou os efeitos da crise pandêmica ocasionada pelo Covid-19 sobre a disparidade de gênero, comparando 156 países. Para isso, adotou-se quatro dimensões-chave: 1 - Participação e Oportunidade Econômica; 2 - Nível Educacional; 3 - Saúde e Sobrevivência; 4 – Empoderamento Político.

Os resultados mais emblemáticos apresentados pelo Global Gender Gap Report 2021 são de que, primeiramente, serão necessários 135,6 anos para fechar a atual lacuna de gênero em todo mundo, levando em consideração a trajetória atual. Em 2020, esse número era de 99,6 anos. A distância média percorrida até paridade total estava em 68%, mas houve uma retração ocasionada principalmente devido à diminuição da representação política das mulheres nas grandes economias, e a retração dos avanços econômicos devido ao trabalho feminino está mais ligada aos setores econômicos mais afetados pelo confinamento.

O segundo resultado geral mais importante é que a diferença de gênero no empoderamento feminino era e continua sendo a lacuna dentre as quatro monitoradas, com apenas 22% fechada até o momento do relatório. Nos 156 países pesquisados, as mulheres representam cerca de 26,1% das cadeiras parlamentares e 22,6% do corpo ministerial dos países. Ressalte-se que 81 desses países ainda não tinham visto pelo menos uma mulher como chefe de Estado até janeiro de 2021. Por causa desses dados, o Global Gender Gap Report 2021 estimou que serão necessários 145,5 anos para atingir a paridade de gênero na política.

Em relação às outras dimensões-chave, o World Economic Forum (2021) diz que a segunda maior lacuna é na dimensão da Participação e Oportunidade Econômica, em que, até o momento do relatório, 58% dessa lacuna havia sido fechada. A estimativa é de que levará 267,6 anos para essa lacuna fechar completamente. A explicação fornecida para resultado é a partir de duas tendências opostas. Por um lado, há um progressivo aumento da participação de mulheres com mais qualificação e com igualdade salarial, embora este mais lentamente. Por outro lado, as disparidades gerais de renda ainda estão na metade do caminho para serem resolvidas, e as mulheres em cargos de liderança ainda têm uma representação muito baixa, com 27% dos cargos de gerência.

Outros resultados para a lacuna de gênero para participação e oportunidade econômica explicam essas tendências. Dentre os impactos da COVID-19 sobre a

participação econômica, os dados sugerem que cerca de 5% das mulheres empregadas perderam seus empregos, em comparação com 3,9% de homens empregados. Houve também diminuição de mulheres para cargos de liderança. Dentre os setores que tiveram uma destruição mais severa de empregos femininos estão o setor de consumo, organizações sem fins lucrativos, mídia e comunicação. Por outro lado, contrariando essa tendência, nos setores de software, serviços de TI, serviços financeiros, saúde e manufatura não se observou esse declínio da participação feminina.

No entanto, existem avanços nas dimensões Educacional e de Saúde e Sobrevivência, pois as lacunas estão quase fechadas. No nível educacional, 95% da lacuna foi fechada, com 37 países já em paridade. Por isso, a estimativa é de que em 14,2 anos essa lacuna seja totalmente fechada. No aspecto de Saúde e Sobrevivência, a lacuna está 96% fechada, mas o tempo para fechar está indefinido a processo de declínio provocado pela COVID-19.

Em uma síntese dos resultados globais, o World Economic Forum (2021) diz que a Europa Ocidental é a região que mais progrediu em direção à paridade de gênero, com 77,6%. A América do Norte está em segundo lugar com 76,4%. Ambas as regiões continuaram melhorando entre 2020 e 2021. Logo após, tem-se a América Latina e Caribe, apresentando 76,4%, e Europa Oriental e Ásia Central, com 71,1%. Por fim, as regiões em que há menor paridade de gênero são a África Subsaariana com 67,2%, o Sul da Ásia com 62,3%. A região mais crítica é no Oriente Médio e Norte da África, que apresenta a maior lacuna, com 60,9%.

Tendo em vista todos esses resultados, é extremamente necessário pensar em políticas que ataquem esse problema, principalmente em um contexto pós-pandêmico latino-americano, Luz Durán (2022) diz que os indivíduos e agregados familiares enfrentaram maiores impactos negativos nos principais indicadores do mercado de trabalho, de modo que as desvantagens foram identificadas com mais clareza ao longo do processo de recuperação desses indicadores no período de retorno à normalidade, em que se percebeu que principalmente as famílias rurais chefiadas por mulheres e as famílias monoparentais foram as que apresentaram maiores problemas de recuperação aos níveis pré-pandemia nos indicadores trabalhistas selecionados.

Exatamente por esse fator, as políticas governamentais devem priorizar os grupos sociais que já estavam em situação de vulnerável antes da pandemia, principalmente, conforme Luz Durán (2022), mulheres chefes de família sem

companheiro, que vivem em áreas rurais, pois o confinamento total ou parcial exigiu que estas mulheres dedicassem mais tempo aos afazeres domésticos e aos cuidados dos dependentes, o que dificultou sua reinserção no mercado de trabalho.

Sudo (2017) chega a mesma conclusão, mas a partir de modelos econométricos em que foi simulada a participação de mulheres na força de trabalho e o efeito na desigualdade de renda familiar no Japão e em países ocidentais. A conclusão é que dependendo do nível de participação das mulheres na força de trabalho, obter-se-á ampliação ou redução da desigualdade familiar, vai depender se as poucas mulheres com altos salários representam um papel mais considerável na participação na força de trabalho ou não, portanto, mais uma autora insiste na tese de que é necessário promover e ampliar a participação de mulheres na força de trabalho, tanto para equalizar a desigualdade entre os rendimentos em relação aos homens quanto para equalizar em relação às próprias mulheres que tem salários elevados, para que haja redução da desigualdade de renda familiar.

Tendo em vista todos esses resultados e diagnósticos, Evelyn Veza (2015) apresenta um conjunto de políticas de participação para a força de trabalho feminina.

Para reverter essa situação, é necessário um conjunto de políticas que promovam o acesso a serviços básicos, recursos, emprego e proteção social, levando em consideração um conjunto heterogêneo de necessidades, pois embora esse grupo pareça ser um público-alvo único, existem situações diferentes que demandam intervenções diferentes, que englobam três estratégias de maneira geral: relaxar as restrições de tempo das mulheres, melhorar o arbítrio das mulheres e gerar mercados de trabalho justos, conforme Veza (2015). Sendo assim, as políticas devem alterar os incentivos ao oferecer benefícios ou redução de custos e devem estabelecer resultados obrigatórios, como por exemplo, cotas em ocupações ou cargos.

Veza (2015) apresenta um quadro geral das principais políticas voltadas para mulheres em idade ativa de trabalho, que inclui: i) Iniciativas destinadas a liberar o tempo das mulheres; ii) apoiar a participação e a produtividade das mulheres no local de trabalho por meio de políticas ativas do mercado de trabalho; iii) regulamentações trabalhistas; iv) proteção social com perspectiva de gênero; v) esforços para eliminar preconceitos institucionais contra a participação econômica e os direitos das mulheres.

Para alterar a equação de custo-benefício dos domicílios por meio da possibilidade de as mulheres terem condições de se engajarem no mercado de

trabalho, as políticas de corresponsabilidade envolvem ações como a equalização da licença de paternidade com a licença maternidade, a diminuição ou retirada da carga tributária sobre a segunda fonte de renda da família, a oferta de serviços de cuidados infantis de qualidade através de creches.

Para melhorar o arbítrio das mulheres e possibilitar uma real capacidade de escolha e independência, as políticas de proteção social e ambiente regulatório podem ser realizadas com programas de transferência de renda, contrapartidas em termos de pensões e seguro-desemprego pela maternidade, direitos de propriedade para uso produtivo e financeiro.

Para promover a entrada e permanência das mulheres no mercado de trabalho, as políticas ativas de mercado de trabalho juntamente com as leis trabalhistas atuam contra as barreiras à entrada e a segregação existentes em alguns setores econômicos e níveis de cargos. Isso pode ser feito através de programas de empreendedorismo e treinamento para o mercado de trabalho e através da oferta de crédito para as mulheres que trabalham por conta própria.

Ainda aspecto, particularmente o advocacy enquanto política pública, persegue a conscientização sobre a importância da igualdade de gênero na economia através das mudanças das atitudes sociais que expressam práticas discriminatórias e estereótipos de gênero, dentre as ações que podem ser realizadas, pode-se disseminar políticas públicas que podem ser imitadas, promoção da transparência nas práticas de recrutamento e incentivo do equilíbrio de gênero em conselhos, cargos e decisões políticas. Dentre essas medidas, apenas as leis trabalhistas são objeto de intenso debate em relação aos seus efeitos, pois determinadas normas podem criar incentivos que tornam seus objetivos ineficazes e resultam em resultados negativos.

Desta forma, a partir da apresentação desses elementos na literatura internacional sobre as dinâmicas e impactos do mercado de trabalho sobre a desigualdade de gênero, perceberam-se as relações possíveis e os mecanismos de como a estrutura do trabalho determina a desigualdade entre homens e mulheres. Portanto, a partir da próxima sessão, apresenta-se qual foi a metodologia usada para responder ao problema de pesquisa, qual seja, a importância da desigualdade de renda, para explicar a desigualdade de renda no Maranhão, entre 2012 a 2020.

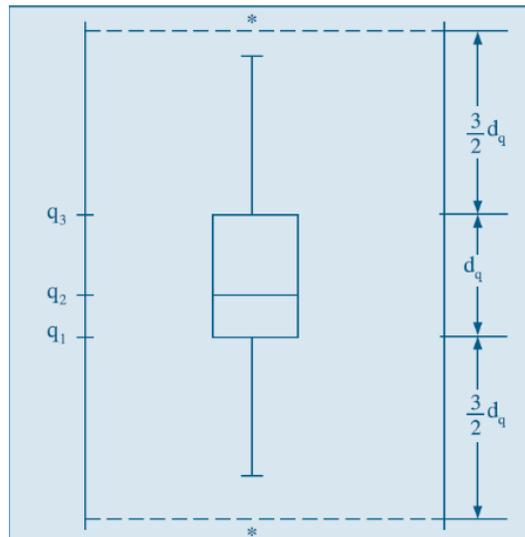
## 2.4 Metodologia

Optou-se nesse trabalho por escolher como espaço temporal os anos de 2012 a 2021. Esses anos foram escolhidos, porque os dados da PNAD Contínua iniciam em 2012 e vão até o primeiro trimestre de 2020 coletadas normalmente. Mas após esse trimestre, devido à pandemia ocasionada pelo Covid-19, não foi possível coletar os dados para compor a PNAD Contínua. A escolha da variável renda justifica-se pela necessidade de utilizar uma variável focal para a análise, visto que existem variados tipos de desigualdades, embora nem todas possuam a quantidade de dados disponíveis, como é o caso dos que possibilitam medir a desigualdade de renda. Portanto, a variável focal renda será o prisma para distinguir o tipo de desigualdade de interesse deste trabalho.

Utilizou-se o método analítico-descritivo, a partir da análise exploratória de dados. A análise exploratória de dados, também conhecida como Estatística Descritiva, consiste em resumir e organizar os dados coletados em, principalmente, tabelas e gráficos, e isso é feito antes de se aplicar qualquer tipo de técnica estatística. Logo, o objetivo da análise exploratória de dados é encontrar alguma regularidade, padrão ou relação existente entre as variáveis escolhidas.

As estatísticas descritivas neste trabalho são apresentadas pela representação gráfica, por meio do *Box Plot* que, segundo Morettin e Bussab (2010). Consiste em um diagrama, por meio do qual são apresentadas a mediana e os quatis. Na figura a seguir, pode-se entender qual a estrutura do Box Plot.

Figura 1 – Box Plot



Fonte: Morettin e Bussab (2010)

Morettin e Bussab (2010) dizem que:

A partir do retângulo, para cima, segue uma linha até o ponto mais remoto que não exceda  $LS = q_3 + (1,5)dq$ , chamado limite superior. De modo similar, da parte inferior do retângulo, para baixo, segue uma linha até o ponto mais remoto que não seja menor do que  $LI = q_1 - (1,5)dq$ , chamado limite inferior. Os valores compreendidos entre esses dois limites são chamados valores adjacentes. As observações que estiverem acima do limite superior ou abaixo do limite inferior estabelecidos serão chamadas pontos exteriores e representadas por asteriscos. Essas são observações destoantes das demais e podem ou não ser o que chamamos de outliers ou valores atípicos. (MORETTIN e BUSSAB, pág. 48, 2010)

Portanto, conforme Morettin e Bussab (2010), por meio do Box Plot é possível perceber a posição, dispersão, assimetria, caudas e dados discrepantes. A posição central é dada pela mediana, e as posições dos quantis possibilitam uma noção da assimetria das informações.

As informações usadas neste estudo são oriundas dos microdados (dados individuais) da PNAD Contínua, colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua é uma pesquisa amostral que acompanha as flutuações da força de trabalho, em curto, médio e longo prazo. A pesquisa é feita a partir de um painel rotativo, no qual os domicílios são visitados a cada três meses, para que no final do ciclo se tenha as estimativas dos indicadores desejados. É rotativa porque é organizada para que haja uma parcela dos domicílios sobreposta entre os dois períodos de divulgação subsequentes. Logo, como a amostra é trimestral. O IBGE adota a forma de rotação 1-2(5), por meio da qual o domicílio é entrevistado 1

mês e sai da amostra 2 meses seguidos. Esse método se repete 5 vezes. As informações que estão relacionadas com os rendimentos provenientes do mercado de trabalho são coletadas apenas na primeira e última entrevista.

A PNAD Contínua Trimestral apresenta especificamente o rendimento proveniente de todos os trabalhos, não levando em consideração aposentadorias, aluguéis, aplicações financeiras, transferências governamentais, pensões. No entanto, a variável VD4020 por meio da renda efetiva<sup>5</sup> tem a capacidade de refletir efetivamente a remuneração recebida ao longo do ano, pois inclui no cômputo o recebimento de hora extra, bonificações, 13º salário, etc. Portanto, esse indicador é adequado, pelo fato de conseguir captar a sazonalidade do mercado de trabalho, principalmente em relação aos empregos temporários, conforme Leite (2020).

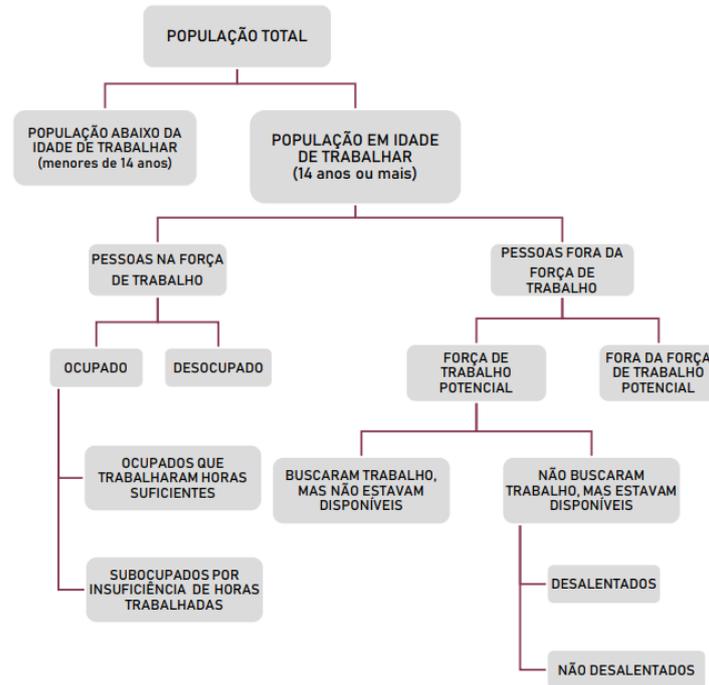
Além desse aspecto, outro elemento importante é o entendimento da estrutura do mercado de trabalho, conforme definido pelo IBGE. Segundo explicita a figura a seguir, o IBGE divide a população em idade de trabalhar entre pessoas na força de trabalho e pessoas fora da força de trabalho. Esta dissertação está focando nas variáveis que estão inseridas dentro das pessoas na força de trabalho, os ocupados, desocupados, subocupados, horas trabalhadas. Sendo assim, a figura a seguir e a tabela apresentam, respectivamente, a estrutura do mercado de trabalho e os conceitos das variáveis mais importantes para este trabalho.

A figura a seguir apresenta como o IBGE esquematiza a estrutura do mercado de trabalho.

---

<sup>5</sup> Há a renda habitual e a renda efetiva do trabalho. O rendimento habitual é quanto os trabalhadores costumam receber mensalmente pelo trabalho. Já o efetivo é quanto de fato receberam. Nesta dissertação optou-se por este último.

FIGURA 2 – Estrutura do Mercado de Trabalho



Fonte: IBGE

A partir dessa estrutura geral, apresenta-se por meio do quadro a seguir as categorias usadas nesse trabalho e suas definições. Essas variáveis estarão representadas graficamente no Box Plot e/ou contratando com o Índice de Gini.

QUADRO 1 – Conceitos e definições das características de trabalho

CONCEITO	DEFINIÇÃO
Pessoas ocupadas	São classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.
Pessoas Subocupadas	São classificadas como subocupadas as pessoas que, por insuficiência de horas trabalhadas na semana de referência, trabalhavam habitualmente menos de 40 horas no seu único trabalho ou no conjunto de todos os seus trabalhos, mas gostariam de trabalhar mais horas que as habitualmente trabalhadas, e estavam disponíveis para trabalhar mais horas no período de 30 dias, contados a partir do primeiro dia da semana de referência.
Pessoas desocupadas	São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho (que gera rendimentos para o domicílio) nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. Consideram-se, também, como desocupadas as pessoas sem trabalho na semana de referência que não tomaram providência efetiva para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias porque já haviam conseguido trabalho que iriam começar após a semana de referência.
Pessoas na força de trabalho	As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nessa semana.
Trabalho principal	Considera-se trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nessa semana. Para a pessoa com mais de um trabalho na semana de referência, isto é, ocupada em mais de um empreendimento, define-se como principal aquele em que a pessoa trabalhava normalmente maior número de horas semanais. Havendo igualdade no número de horas normalmente trabalhadas, define-se como principal aquele que proporcionava normalmente maior rendimento mensal. Em caso de igualdade, também, no rendimento mensal habitual, define-se como trabalho principal aquele em que a pessoa tinha mais tempo de permanência.

Fonte: IBGE (2014)

A partir do próximo tópico apresenta-se a metodologia do Índice de Gini, que estará em contraste e comparação com as variáveis do mercado de trabalho escolhidas. Mesmo em face da existência de outros índices para averiguar a desigualdade, optou-se pelo Índice de Gini porque é o mais conhecido e mais utilizando, o que possibilita maior possibilidades de comparar e dialogar com outras pesquisas.

### 2.4.1 Metodologia do Indicador: Índice de Gini

Segundo Medeiros (2012), o Índice de Gini é um dos indicadores mais usados e conhecidos para se medir a pobreza e desigualdade. O Coeficiente de Gini varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a igualdade perfeita, ou seja, todas as rendas são exatamente iguais, e o 1 representa a desigualdade perfeita ou desigualdade máxima, na qual apenas uma pessoa teria toda a renda, e o restante da população não teria renda nenhuma. “O coeficiente de Gini é uma medida que sintetiza o nível de desigualdade de uma distribuição de renda em um único número” (MEDEIROS, 2012, p. 125).

O coeficiente utiliza informações de todos os pontos da distribuição e mede a desigualdade relativa. A fórmula do Coeficiente de Gini pode ser descrita da seguinte forma:

$$G = 1 - 2 \int_0^1 L(F) dF$$

Isso significa que o coeficiente de Gini diz respeito à razão entre duas áreas. A área da linha de igualdade perfeita está no numerador e no denominador está a área total abaixo da linha de igualdade perfeita.

Do ponto de vista dos resultados gerais do Índice de Gini, Ferreira de Souza (2012) diz que:

Na prática, o Gini da renda domiciliar per capita costuma variar entre 0,25 e 0,40 em países mais igualitários e entre 0,40 e 0,65 em países muito desiguais. Dada a definição acima, esses valores podem ser interpretados como o percentual da desigualdade máxima possível, ao menos no sentido estatístico do termo (FERREIRA DE SOUZA, 2021, p. 59)

Essa informação sobre os valores nos quais os níveis de desigualdade medidos pelo Índice de Gini da renda domiciliar per capita costumam variar tanto para definir regiões mais igualitárias quanto para regiões mais desiguais será importante para comparar com os resultados obtidos.

### **3. A IMPORTÂNCIA DA DESIGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO MARANHENSE PARA EXPLICAR A DESIGUALDADE DE RENDA EM GERAL**

Inicia-se este capítulo, apresentando uma breve retrospectiva e revisão da literatura sobre a desigualdade de renda e sobre a desigualdade de gênero no Maranhão, do ano 2000 até as pesquisas mais recentes, chegando ao ano de 2022. Logo em seguida, no próximo tópico, apresenta-se os resultados obtidos nesta pesquisa. Finaliza-se com os aspectos conclusivo.

#### **3.1 Desigualdade de renda e gênero no Maranhão**

Como indicado no capítulo anterior, a queda da desigualdade no Brasil entre 2003 a 2007 foi de 7%. No Maranhão, para o período de 2000 e 2010, a queda foi de 4,62%, saindo de um Índice Gini de 0,65 em 2000, para 0,62, em 2010. Contudo, ainda assim, ficou atrás de todos os estados do Nordeste, conforme aponta Lima da Silva (2014). No início dos anos 2000, o Maranhão passou por uma razoável melhora, mas a queda dos níveis de desigualdade foi mais modesta do que a média nacional e dos demais estados do Nordeste.

Em 2010, o Maranhão era o sétimo estado mais desigual do Brasil, com Gini de 0,62, e só apresentava menos desigualdade do que Amazonas (0,65), Roraima (0,63), Distrito Federal (0,63), Acre 0,63), Alagoas (0,63) e Pará (0,62). Além disso, a diminuição da desigualdade não foi uniforme no estado, pois, embora tenha havido melhora no Gini em 120 municípios, em outros 14 houve constância, mas em 83 municípios maranhenses o Gini havia aumentado (LIMA DA SILVA, 2014).

Contudo, de maneira similar à propensão nacional, a partir de 2014, o Maranhão também entra na trajetória de reversão de tendência observada desde o início dos anos 2000.

Do ponto de vista da incidência da extrema pobreza, em 2000 o Maranhão possuía o maior percentual de extremamente pobres do Brasil, com taxa de 37,21% da população maranhense na extrema pobreza. Em 2010, essa taxa caiu para 22,47%, tendo como um importante fator a expansão de programas de transferência de renda e programas sociais, tais como Programa Bolsa Família e benefícios da previdência. No entanto, a queda da taxa de extremamente pobres foi insuficiente para

fazer com que o estado deixasse de ser o mais pobre, pois a queda na extrema pobreza nos outros estados foi mais intensa do que a observada no Maranhão.

Além disso, em 2000 tínhamos 93 municípios maranhenses com mais de 50% da população vivendo na extrema pobreza, com destaque para Nova Colinas, com 69,50% e Santo Amaro do Maranhão, com 69,16%. Em 2010, o número caiu para 11 municípios com mais de 50% da população na extrema pobreza (LIMA DA SILVA, 2014).

Considerando a incidência da pobreza, havia, em 2000, cerca de 69,78% da população maranhense, vivendo com R\$ 70,00 mensais, que era o maior índice de pobreza do país. Em 2010, o nível de pobreza caiu para 39,53%, com uma taxa de redução de 4,52% a.a., o que possibilitou a redução de 210 municípios com mais de 50% da população de pobres (em 2000) para 113, em 2010. Foi uma redução importante, porém, assim como no caso da extrema pobreza, não tão significativa quanto a taxa obtida pelos outros estados no Nordeste.

Outra variável importante para se observar a influência e importância do trabalho na composição da renda é a renda proveniente de rendimentos do trabalho per capita. As famílias maranhenses ficaram mais dependentes de outras rendas porque houve uma queda na participação da renda proveniente do trabalho, por mais que tenha acontecido uma melhora entre 2000, que era de R\$ 167,11, para chegar em 2010 a 258,51. Nesse quesito, também se tinha a menor renda proveniente do trabalho do Brasil. No entanto, quando se analisa o peso desse indicador na composição da renda, a posição do Maranhão era 16º em 2000 e passou para 17º em 2010, como consequência da maior dependência de outras rendas, principalmente transferências, conforme descreve Lima da Silva (2014).

Em um estudo mais recente, Pereira (2022) analisou os determinantes da desigualdade de renda de curto prazo no Maranhão, entre 2012 a 2019. O primeiro resultado relevante refere-se ao processo de crescimento do Gini da renda domiciliar per capita a partir de 2014 até 2018, que refletiu as mudanças nas condições de vida familiar. Esse resultado está atrelado ao aumento da desocupação no Maranhão nesse mesmo período, chegando a 4,3% no final de 2013. Três trimestres depois, o Maranhão obtém o menor nível de desigualdade no período, com 0,476.

Justamente no quesito desocupação, as mulheres aparecem com taxas mais elevadas do que homens, Pereira (2022) diz que, em média, 13% da população feminina estava desocupada entre 2012 a 2019, alcançando o pico no primeiro

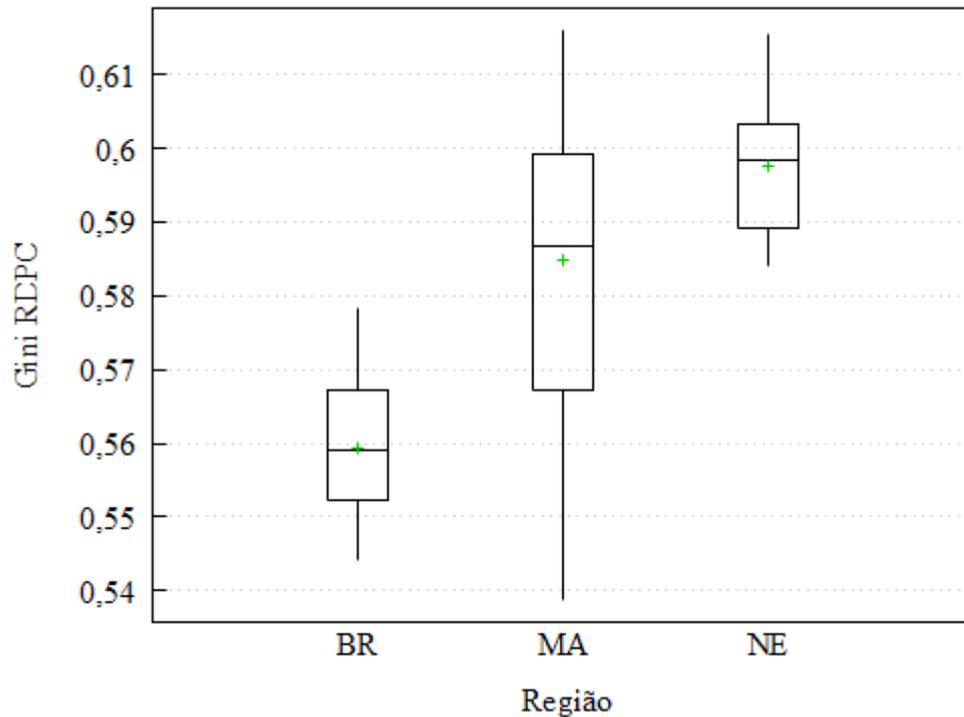
trimestre de 2018 com 19,67% de desocupação. Do ponto de vista das rendas e nível educacional, as duas variáveis apresentam direta proporcionalidade, pois, quanto menor for a diferença salarial entre os níveis educacionais, menor será o nível de desigualdade. Isso ocorreu entre 2013 e 2014, no entanto, essa diminuição da desigualdade causada pelo nível educacional ocorreu em face da diminuição real, não constituindo um benefício real para a sociedade.

Um terceiro resultado relevante apresentado por Pereira (2022) diz respeito à relação entre desigualdade de renda e informalidade no setor privado. O autor afirma que qualquer movimentação anormal, que desestrutura o mercado de trabalho privado informal, tem grandes reflexos sobre a desigualdade de renda, pois a informalidade no setor privado maranhense é muito alta, com média para o período de 45,8%. Portanto, essa informalidade do setor privado afeta de maneira determinante a dinâmica de desigualdade de renda no estado.

### **3.2 Discussão e Resultados**

Apresenta-se a seguir os resultados obtidos a partir da análise exploratória de dados, iniciando-se pelo gráfico que apresenta a relação entre os dados da desigualdade de renda para Brasil, Nordeste e Maranhão.

GRÁFICO 1 – *Boxplot* da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2019



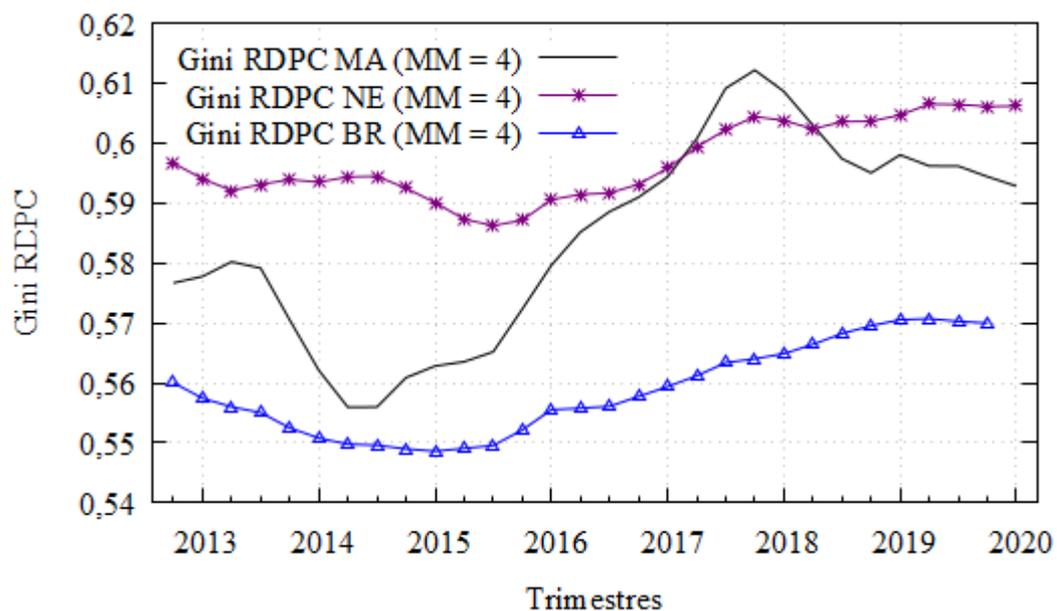
Fonte: IBGE, elaboração própria

O gráfico 1 apresenta o índice de Gini da renda domiciliar per capita dispostos de maneira crescente. O Brasil possui uma média para o Ginirdpc de 0,55, que coincide com a mediana, além de apresentar uma variação reduzida entre o ponto mínimo (0,54) e máximo (0,57). Utilizando como base a mediana, o Maranhão possui um nível levemente menor de desigualdade em relação ao Nordeste e mais elevado em relação ao país. A média do Maranhão foi de 0,58 no período, igualmente a mediana. A partir do formato do diagrama do Ginirdpc do Maranhão, percebe-se que durante a maior parte do período a desigualdade de renda variou entre 0,53 e 0,58, por isso a cauda inferior é maior do que a cauda superior.

Já no caso do Nordeste, a média e mediana foram de 0,59 e houve uma variação menor ao longo do período, o ponto mínimo foi de 0,58 e o máximo de 0,61, indicando possivelmente que a dinâmica da desigualdade foi mais estável, mas é uma estabilidade em um patamar elevado. Por outro lado, a dispersão (tamanho da caixa) e as caudas são significativamente maiores no caso do Maranhão, indicando tanto que o estado passou por um processo importante de mudanças na desigualdade de renda medida pelo Ginirdpc ao longo desses anos, mas também que esse processo apresentou maior variabilidade e instabilidade ao longo do período.

A correlação do índice de Gini rdpc do Maranhão com o Nordeste é de 0,68, e com o Brasil é de 0,78, isso sugere que a desigualdade maranhense é afeta por fatores conjunturais e estruturais mais amplos. No entanto, a desigualdade maranhense apresenta fatores internos mais graves, que são responsáveis pelo maior nível de desigualdade apresentada em relação ao país como um todo. Dentre esses fatores, a desigualdade de gênero no mercado de trabalho pode ser um dos principais. Isso pode ser observado a partir da visualização do próximo gráfico.

GRÁFICO 2 - Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2019



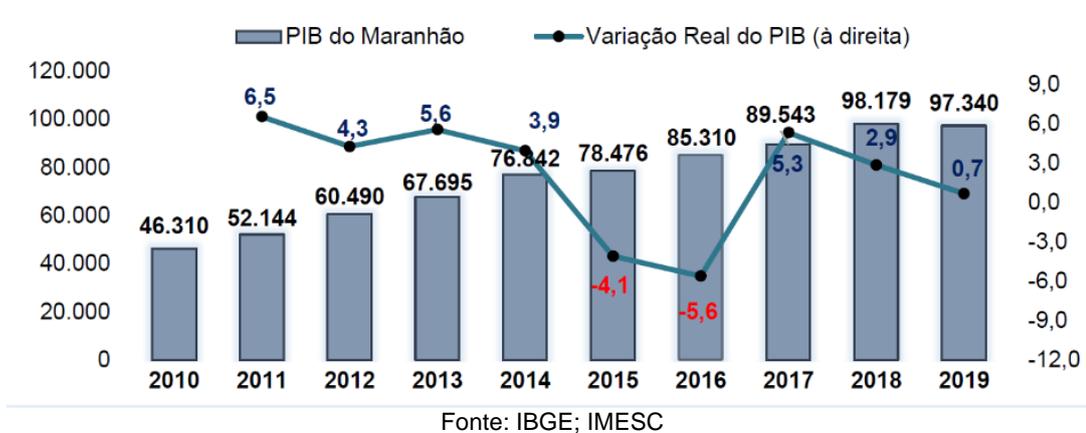
Fonte: IBGE, elaboração própria

Ao longo do período analisado, o país como um todo passou por um processo de perda das melhorias obtidas na primeira década dos anos 2000. A década de 2010 foi chamada por Barbosa et al (2020) de “década perdida para a desigualdade de renda e pobreza”, pois a crise iniciada em 2014 e aprofundada em 2015, depreciou severamente o emprego e a renda. Barbosa et al (2020) constata essa depreciação pelo aumento da pobreza e da desigualdade de renda, com a consequente queda do bem-estar agregado. Além disso, por mais que a renda média tenha aumentado em 2017 e 2018, ainda assim ficou abaixo do nível de 2014. Por mais que tenha havido crescimento econômico entre 2015 e 2018, 80% foi apropriado pelos mais ricos

Pode-se observar que na curva do Maranhão há uma elevação abrupta a partir de 2014, diferentemente do que ocorre com o Nordeste e o Brasil. O mesmo ocorre

no final de 2017, com a pequena diminuição da desigualdade entre 2018 e 2019, diferindo da dinâmica do Nordeste e do Brasil. Esse fenômeno que provavelmente a desigualdade de renda no Maranhão é mais sensível ao ciclo econômico, quando comparado com o Nordeste e o Brasil pode ser evidenciada quando observamos a relação entre o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) durante esse período, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 - PIB do Maranhão, pela Ótica da Produção, a preço de mercado corrente (em milhões R\$) e variação real (em %) – 2010 a 2019

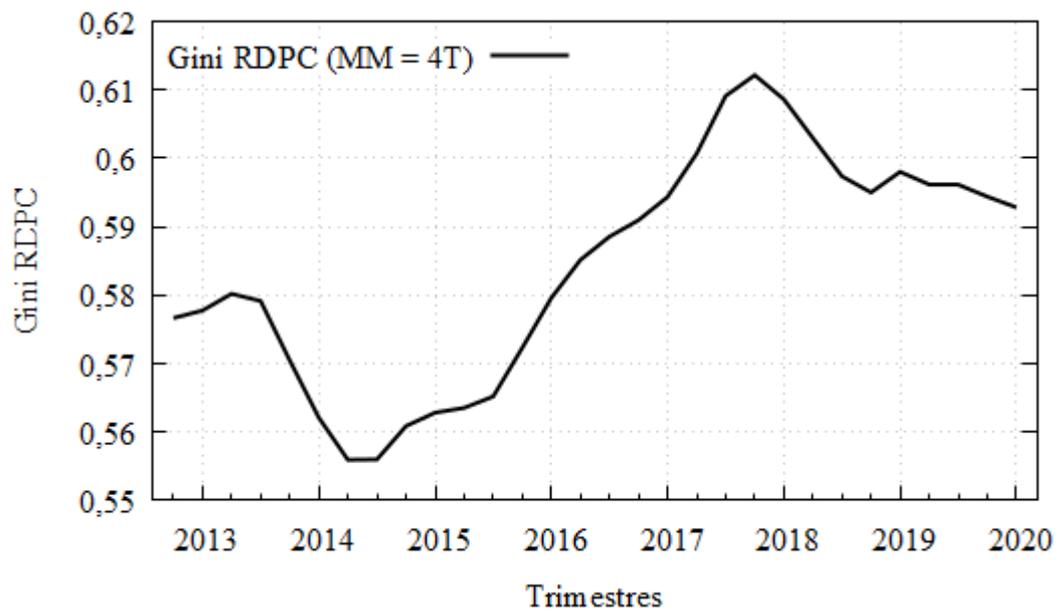


Uma evidência que pode embasar essa perspectiva é o fato de que justamente no período de maior intensidade da crise econômica brasileira, a desigualdade de renda no Maranhão aumenta drasticamente. Ainda nesse sentido, por outro lado, a partir de 2017, com a recuperação da economia brasileira, houve um crescimento econômico de maior intensidade no Maranhão, que apresentou um crescimento do PIB maior que o crescimento brasileiro nos anos de 2018 e 2019, conforme demonstra o gráfico. Esse resultado coincide com a leve melhora na desigualdade de renda, o que permite associar com a maior sensibilidade da desigualdade de renda

Em relação ao Nordeste, conforme demonstrou Rodrigues (2022), a correlação entre o Índice de Ginirdpc do Nordeste e do Brasil é de 0,88, o que indica que a região Nordeste também segue a tendência do país, de forma que a capacidade dos entes subnacionais em remediarem os impactos negativos sobre a desigualdade é reduzida. Isso se deve fortemente à estrutura federativa que concentra na União o poder de determinar as políticas fiscais, monetárias e tributárias, bem como gerir a seguridade social, especialmente a previdência social e a implementação dos programas de transferência de renda.

Em relação aos determinantes da desigualdade de renda pelo mercado de trabalho no Nordeste, Rodrigue (2022) afirma que em maior parte se deve aos rendimentos dos ocupados no setor privado sem carteira, seguido pela disparidade de gênero.

GRÁFICO 4 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc), no Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

A partir da curva do gráfico 4, pode-se observar que a dinâmica da desigualdade de renda maranhense, nesse período analisado, é composta de três momentos. O primeiro iniciando em 2012 e perdurando até o início de 2014 com uma tendência de queda, que refletia a trajetória do período final da década de 2000. O segundo momento vai de meados de 2014 até o final de 2017, com um processo de piora da situação socioeconômica, que se estabiliza em um patamar mais elevado em relação ao observado entre 2012 e 2014. E o terceiro momento, que compreende o início de 2018 até o primeiro trimestre de 2020, com uma nova tendência de queda da desigualdade, mas em um patamar de desigualdade acima de 2012.

Nesse segundo período apresentado, é provável que a elevação da desigualdade de renda no Maranhão esteja associada aos choques no mercado de trabalho, que se manifestaram no período compreendido entre 2011 e 2016, desestruturando grande parte do tecido ocupacional maranhense. Do ponto de vista do mercado formal, Brito et al (2019), a partir dos microdados da Relação Anual de

Informações Sociais (RAIS), apontam que houve um acelerado processo de destruição de postos de trabalho e como consequência a variação de estoque anual de empregos formais despencou de 13,22% em 2011 para -3,14%, em 2016, ou seja, o total de postos de trabalho formais destruídos foi superior ao total de postos de trabalho criados, reduzindo a taxa de crescimento do estoque de emprego formal. Houve, portanto, uns processos massivos, nesse período, de desestruturação do mercado de trabalho formal maranhense conforme apontam os autores.

Quando se observa a variação da ocupação no Maranhão nesse período é possível perceber a mesma dinâmica, conforme a tabela a seguir.

Tabela 2 - Nível de ocupação, no Maranhão – 2012 a 2020

Trimestres	Total	Trimestres	Total	Trimestres	Total	Trimestres	Total
1º trimestre 2012	51,9	1º trimestre 2014	52,6	1º trimestre 2016	50,7	1º trimestre 2018	43,4
2º trimestre 2012	51,5	2º trimestre 2014	52,7	2º trimestre 2016	48,1	2º trimestre 2018	42,5
3º trimestre 2012	52,5	3º trimestre 2014	53	3º trimestre 2016	46,3	3º trimestre 2018	43,2
4º trimestre 2012	51,7	4º trimestre 2014	52,9	4º trimestre 2016	46,1	4º trimestre 2018	43,2
1º trimestre 2013	50,6	1º trimestre 2015	52,2	1º trimestre 2017	45,6	1º trimestre 2019	40,9
2º trimestre 2013	50	2º trimestre 2015	52	2º trimestre 2017	44,7	2º trimestre 2019	42,1
3º trimestre 2013	50,5	3º trimestre 2015	52,5	3º trimestre 2017	45,8	3º trimestre 2019	42,7
4º trimestre 2013	52,5	4º trimestre 2015	52,3	4º trimestre 2017	45,1	4º trimestre 2019	43,6
						1º trimestre 2020	41,2

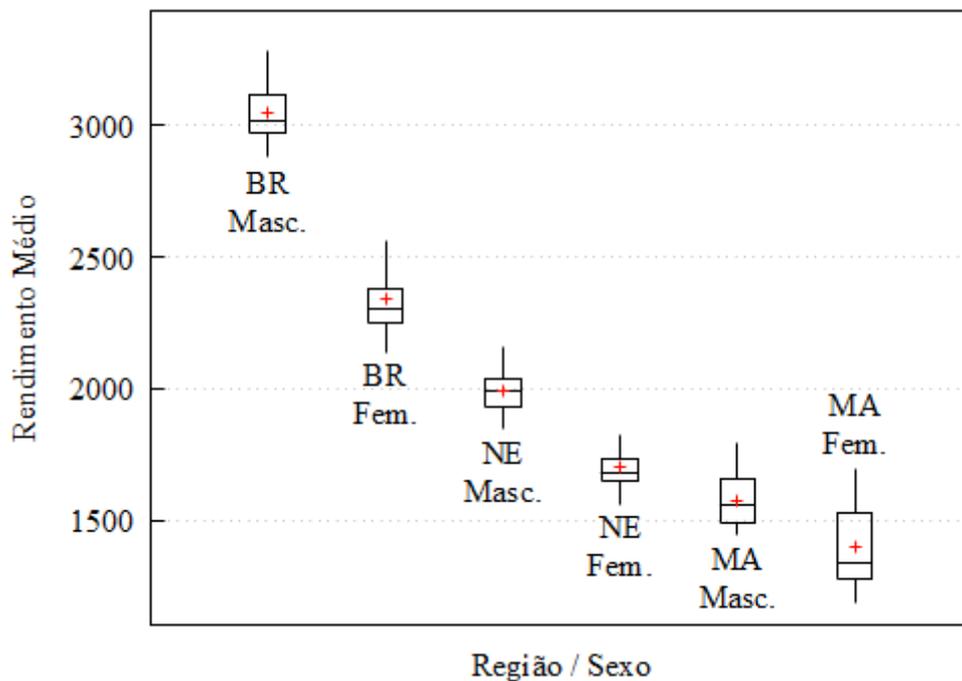
Fonte: IBGE, elaboração própria

O nível de ocupação começa a cair de forma mais acentuada a partir do 2º trimestre de 2016, chegando a 40,9% no primeiro trimestre de 2019. Portanto, ao longo do período, houve uma queda de 10,7% no nível de ocupação maranhense.

No terceiro momento identificado, de 2018 até o primeiro trimestre de 2020, a desigualdade de renda apresenta uma diminuição, possivelmente por causa da modesta recuperação econômica experimentada pelo país. No entanto, a estabilização da desigualdade de renda nesse período se deu em um patamar mais elevado em relação ao primeiro período. Dessa forma, mesmo com a melhora, em 2020 a desigualdade de renda era maior do que em 2012.

Portanto, o que se pode observar ao longo de todo o período é o que já havia sido apontado por Ferreira já de Souza (2021), a saber, o Maranhão apresenta níveis de desigualdade compatíveis com as regiões mais desiguais que existem, já que em 2012 o Gini é era de 0,59 e no final de 2021 passa a 0,55. Esses resultados indicam que não houve melhora nas condições de vida da população maranhenses quanto a diferença que separa os maranhenses mais pobres dos mais abastados materialmente. O que sugere, portanto, que não houve mudança estrutural na sociedade maranhense ao longo dessas duas décadas do século 21.

GRÁFICO 5 – *Boxplot* da Taxa da Renda Média Real, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

A partir de uma disposição decrescente tomando como base a mediada, pode-se observar os valores da renda média real. Pode-se observar inicialmente que os diagramas das rendas masculina e feminina maranhenses possuem a menor renda média real dentre as regiões. Há um padrão explícito, qual seja, homens possuem rendas maiores, Brasil e Nordeste possuem rendas maiores.

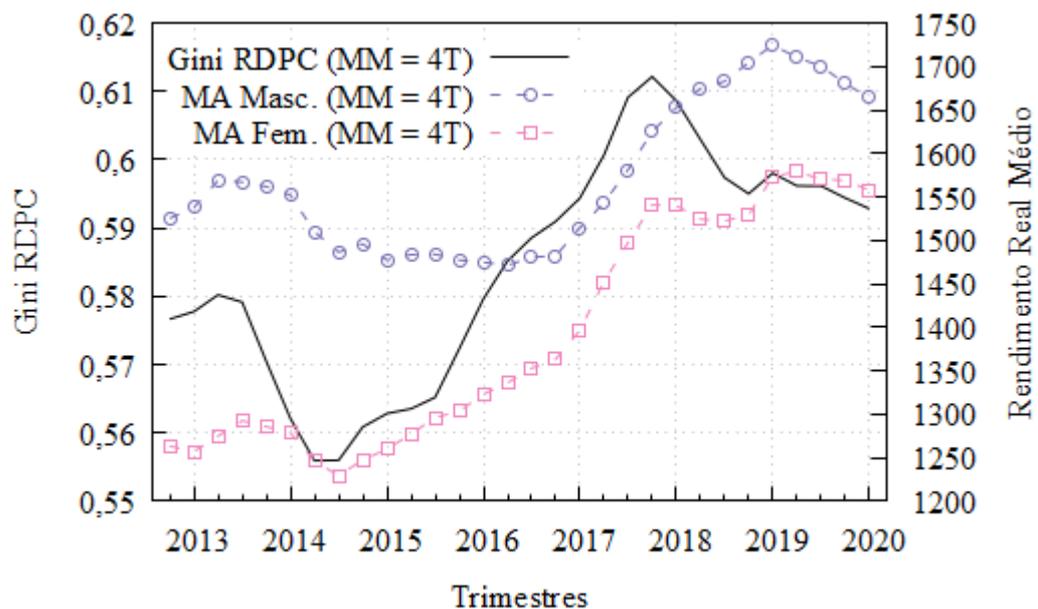
Especificamente em relação às rendas maranhenses, 50% das mulheres auferem menos de R\$ 1395,00 reais mensais. Além disso, no terceiro quantil, que representa 75% das mulheres, a renda é um pouco mais de R\$ 1.500,00 reais, correspondendo ao primeiro quantil dos rendimentos dos homens maranhenses,

cerca de 1.500 reais. Ou seja, 75% das mulheres recebem um rendimento de até R\$ 1.500,00 reais, mas esse valor correspondente ao rendimento dos 25% dos homens maranhenses menos abastados do ponto de vista da renda média real.

Comparativamente, a mediana do rendimento médio real das mulheres maranhenses é aproximadamente 72% menor do que o rendimento médio das mulheres a nível de Brasil e aproximadamente 25% menor em relação às mulheres a nível de Nordeste.

O diagrama das mulheres maranhense é o maior dentre as outras caixas, demonstrando que há uma maior variabilidade nos rendimentos, o que indica uma acentuada discrepância nos valores auferidos. Portanto, pode-se perceber que internamente ao grupo do rendimento das próprias mulheres maranhenses há uma maior diferença de rendimentos, a maior desigualdade interna em relação aos outros grupos. Mas, tragicamente, é uma desigualdade dentro da pobreza e extrema pobreza.

GRÁFICO 6 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa da Renda Média Real, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

O gráfico 6 apresenta a dinâmica da renda dos homens e das mulheres do Maranhão e sua correlação com o Giniirdpc. Na renda dos homens há uma queda entre 2014 e 2016, indicando que o período mais acentuado na crise econômica afetou diretamente o rendimento. A partir de 2017 houve a recomposição da renda e alcançou em 2019 um patamar mais elevado em relação ao início da série. No entanto,

a correlação da renda média masculina com o Ginirdpc é de 0,64, demonstrando que não há uma interligação que determine em grande medida a desigualdade de renda.

Em relação a renda média das mulheres do Maranhão, percebe-se que houve uma piora em 2014, mas a partir de 2015 iniciou-se uma tendência de aumento da renda média, chegando em setembro de 2017 com uma renda extremamente próxima da masculina. Em 2018 o hiato da renda aumento novamente, mas entre 2019 e 2020 a diferença foi diminuída e tanto a renda média masculina quanto a feminina experimentaram conjuntamente uma queda e uma recomposição durante o ano de 2019 e início de 2020.

A correlação entre a renda média feminina e o GINIrdpc é de 0,80, uma correlação alta, que aponta para a importância do rendimento feminino para determinar a desigualdade de renda. Mas a questão é como o rendimento médio está associado a desigualdade, se é de maneira positiva ou negativa.

O que se observa nesse gráfico é um alinhamento entre o GINIrdpc e a renda média feminina, principalmente a partir de março de 2016, ambos seguem a mesma dinâmica, em 2019 as quedas e aumentos acontecem de forma quase que igual. Então surge a questão contraditória, o aumento do rendimento médio das mulheres contribui para o aumento da desigualdade?

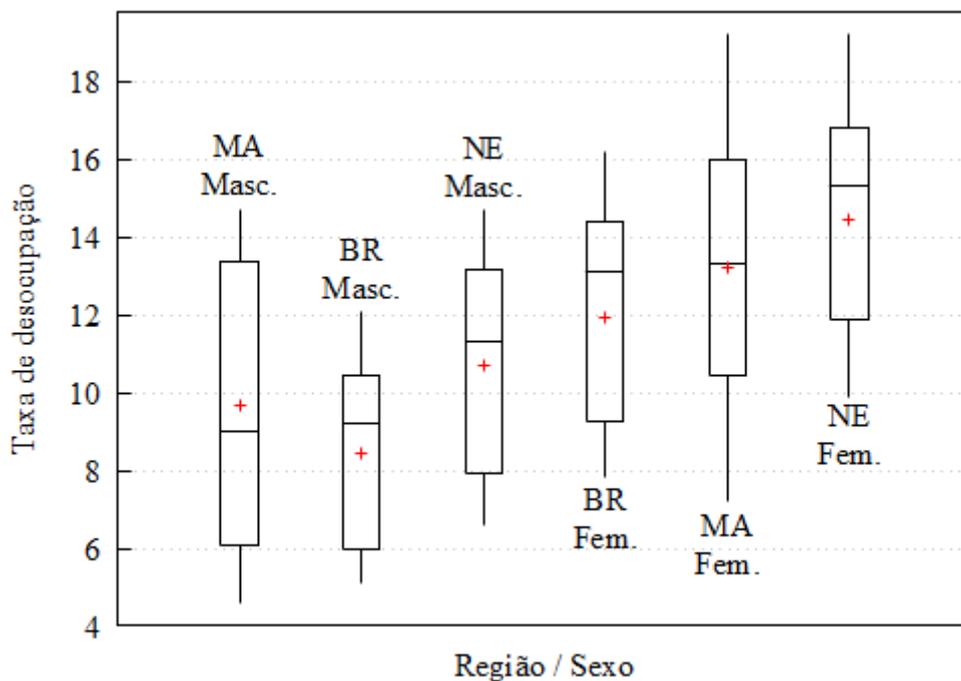
Em diálogo com os resultados da literatura, essa pergunta pode encontrar uma resposta a partir das explicações de Maxwell (1990) e Atkinson (2015). Dependendo do tipo de ocupação das mulheres que participam do mercado de trabalho, se é formal ou informal, e dependendo da renda, se é baixa ou alta, Atkinson (2015) diz que a desigualdade vai ser afetada de forma diferente.

Um outro fator é a relação entre a renda das mulheres com a renda dos seus cônjuges, conforme aponta Maxwell (1990), se as mulheres se casarem com homens de renda baixa, a desigualdade é amenizada, se as mulheres se casarem com homens de alta renda, a desigualdade é pressionada para elevar.

No caso maranhense, praticamente expurga a possibilidade de a desigualdade aumentar por causa de mulheres casando-se com homens de alta renda, tendo em vista que até mesmo a renda média maranhense é muito baixa, conforme apresentado no gráfico anterior. Desse modo, há um controle da desigualdade exatamente porque a grande maioria da população tem rendas muito baixas, o que provoca um nivelamento por baixo.

O que pode explicar o fato de que a renda feminina aumenta e ao mesmo tempo há um aumento do Índice de Gini, é que as mulheres que estão recebendo o acréscimo salarial sejam as que já estão no mercado de trabalho e já possuem uma renda média mais próxima dos homens, de modo que o aumento de renda da menor quantidade de pessoas que já está no mercado de trabalho, ao passo que a maioria está desocupada, ou subempregos e não tem aumentos de renda, faz com que a desigualdade de renda no estado seja pressionada para cima.

GRÁFICO 7 – *Boxplot* da Taxa de Desocupação, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

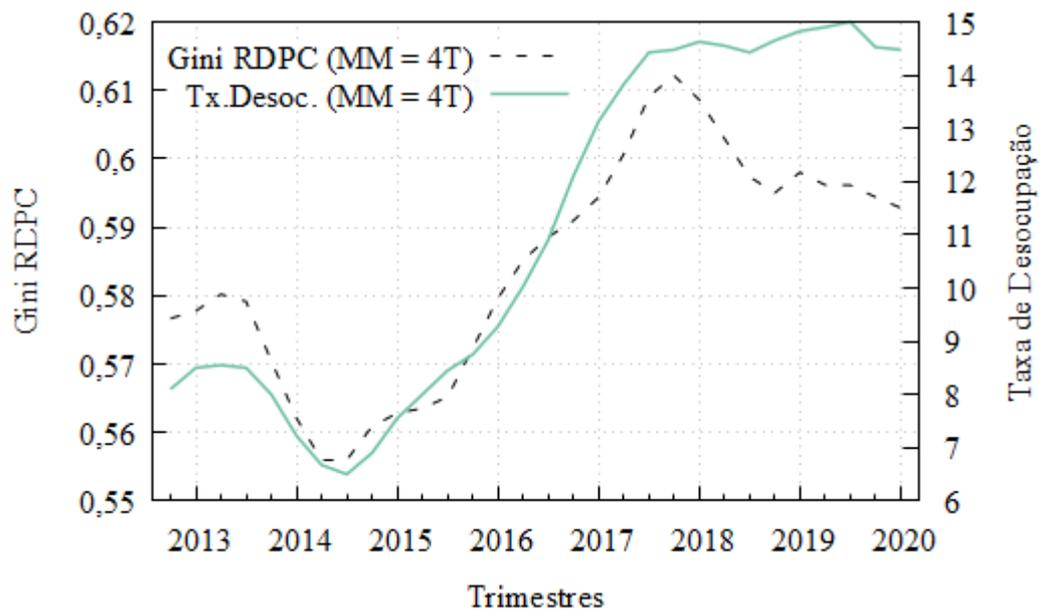
O gráfico 7 apresenta a desocupação, do menor nível ao maior, embora a mediana da desocupação masculina do Maranhão e do Brasil coincidam, a média da desocupação no Maranhão é maior do a do Brasil justamente por causa desse aspecto que se tem observado com muita ênfase nos dados para o Maranhão, a dispersão, simetria e cauda são maiores, indicando maior instabilidade e dinâmicas mais agudas no processo de desocupação ao longo do tempo.

Igualmente, quando comparadas a desocupação feminina no Maranhão, com média de 13,2 e mediana 13, percebemos que no Nordeste é levemente maior, com média de 14,4 e mediana 15. No entanto, as caudas da caixa no caso maranhense são significativamente maiores em relação às outras caixas, apontando para uma

variabilidade muito grande na desocupação, o que pode ser percebido pelo ponto mínimo menor (7%) em relação a desocupação feminina do Nordeste (9%), mas com um ponto máximo igual, ambas com 19%. A desocupação feminina no Maranhão e Nordeste apresenta outra similaridade, ambas com até 75% da amostra com 16% de desocupação.

De modo geral, no recorte regional, a desocupação dos homens é menor, de modo que a desocupação dos homens do Nordeste, que é a maior entre os homens, ainda é menor que a das mulheres a nível de Brasil.

GRÁFICO 8 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa de Desocupação Total, no Maranhão – 2012 a 2020

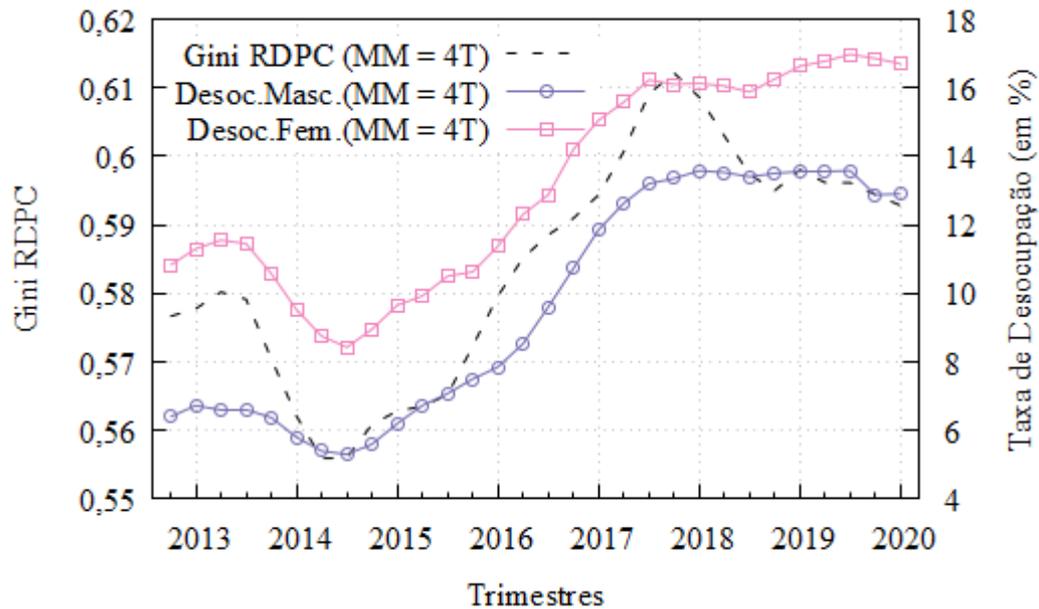


Fonte: IBGE, elaboração própria

Em relação especificamente a desocupação total no Maranhão, percebe-se que há uma significativa semelhança na trajetória das curvas, tanto que a correlação é de 0,83. Isso indica que provavelmente a desocupação tem uma influência de grande importância na determinação da desigualdade de renda no Maranhão. Mas qual desocupação influência de maneira mais determinante, a masculina ou feminina?

No próximo gráfico, pode-se responder essa questão.

GRÁFICO 9 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa da Desocupação, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

Quando se analisa a desocupação por sexo e sua relação com o Gini do rendimento domiciliar per capita, percebe-se que a taxa de desocupação feminina tem estreita relação com a desigualdade de renda. A desocupação masculina tem uma correlação de 0,81, já a desocupação feminina tem correlação de 0,85.

Portanto, pode-se sugerir que um dos fatores primordiais para a determinação da desigualdade de renda por intermédio do mercado de trabalho no Maranhão é justamente a desocupação de maneira geral, mas em especial a quantidade de mulheres que estão fora do mercado de trabalho. Este achado corrobora com as pesquisas internacionais apresentadas no capítulo anterior.

Colacce (2018) afirmou justamente que, no caso da desigualdade de gênero provocada pelo mercado de trabalho, os melhores resultados em relação a pobreza são obtidos quando a diferença de renda e a diferença de participação no mercado de trabalho diminuem concomitantemente. Nesse processo, estima-se que a pobreza reduz significativamente, entre 49% a 56%, pois há um reforço mútuo entre as medidas de diminuição da disparidade de participação/horas trabalhadas em conjunto com a diminuição da disparidade de renda.

No caso da desigualdade de renda no Brasil, Colacce (2018) aponta algo que tem estreita relação com os resultados obtidos até aqui, que os melhores resultados são obtidos no cenário de igualdade de participação, mas não no cenário de igualdade

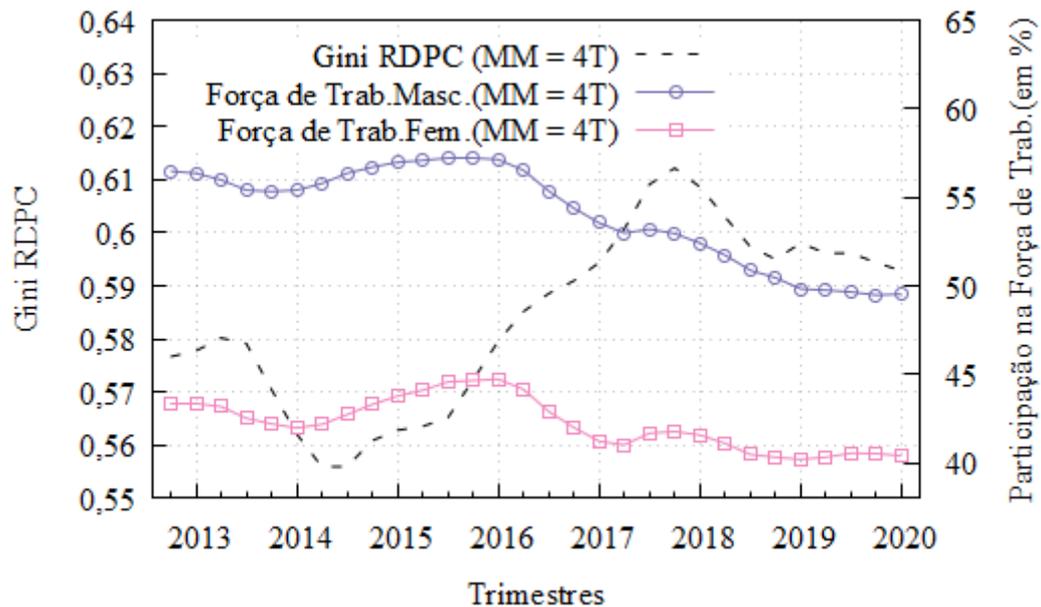
de renda, isso se deve à estrutura do mercado de trabalho que pode privilegiar as mulheres que já estão ocupadas e não necessariamente geraria menor disparidade.

Por causa de todos esses elementos o Brasil tem como maior possibilidade de mitigação da desigualdade de gênero a implementação de políticas de aumento da participação feminina, de modo a incluir as mulheres que estão em maior situação de vulnerabilidade.

De acordo com resultados obtidos, o mesmo raciocínio poderia se aplicar ao Maranhão. Conforme observou-se, a grande taxa de desocupação feminina ao mostrar o grande contingente de mulheres fora do mercado de trabalho, aponta que é a inserção dessas mulheres que provocará uma importante diminuição nos índices de pobreza e desigualdade, pois do contrário, pode acontecer de apenas as mulheres que já estão no mercado formal sejam beneficiadas pelas medidas de paridade de gênero, de modo que as duas medidas devem andar juntas, tanto a busca pela paridade, mas principalmente a busca pela inserção das mulheres que se encontram listadas na taxa de desocupação.

Essa medida tem a capacidade de diminuir significativamente tanto a pobreza quanto a desigualdade de renda no estado do Maranhão.

GRÁFICO 10 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Participação na Força de Trabalho, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020



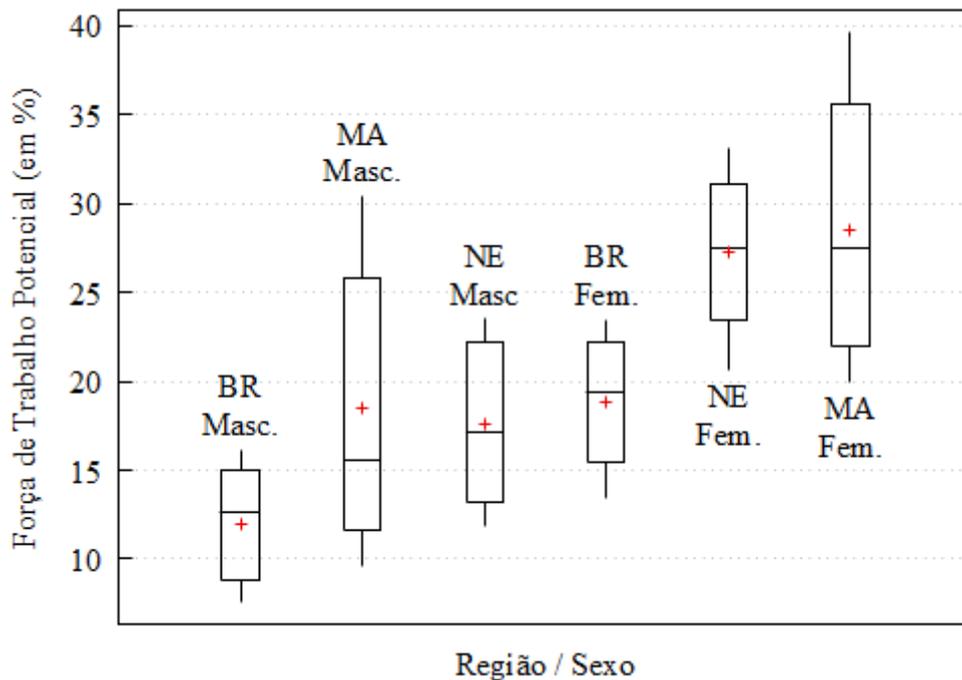
Fonte: IBGE, elaboração própria

A partir da visualização desse gráfico, é possível perceber que não há uma correlação significativa entre as curvas de participação na força de trabalho e GINIrdpc. No entanto, por outro lado, pode-se observar que a taxa de participação feminina está bem abaixo da participação masculina. Justamente este é um dos principais fatores descritos pela literatura internacional que devem ser impulsionados pelas políticas governamentais.

Conforme apontado por Sudo (2017), o nível de participação das mulheres na força de trabalho tem impacto direto sobre a ampliação ou redução da desigualdade familiar. A promoção de e ampliação de mais mulheres na força de trabalho serve não apenas para a equalização dos rendimentos entre homens e mulheres, mas para diminuir a disparidade entre as próprias mulheres que possuem rendimentos mais elevados.

No próximo gráfico é possível aprofundar essa discussão.

GRÁFICO 11 – Boxplot da Taxa da Força de Trabalho Potencial, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020

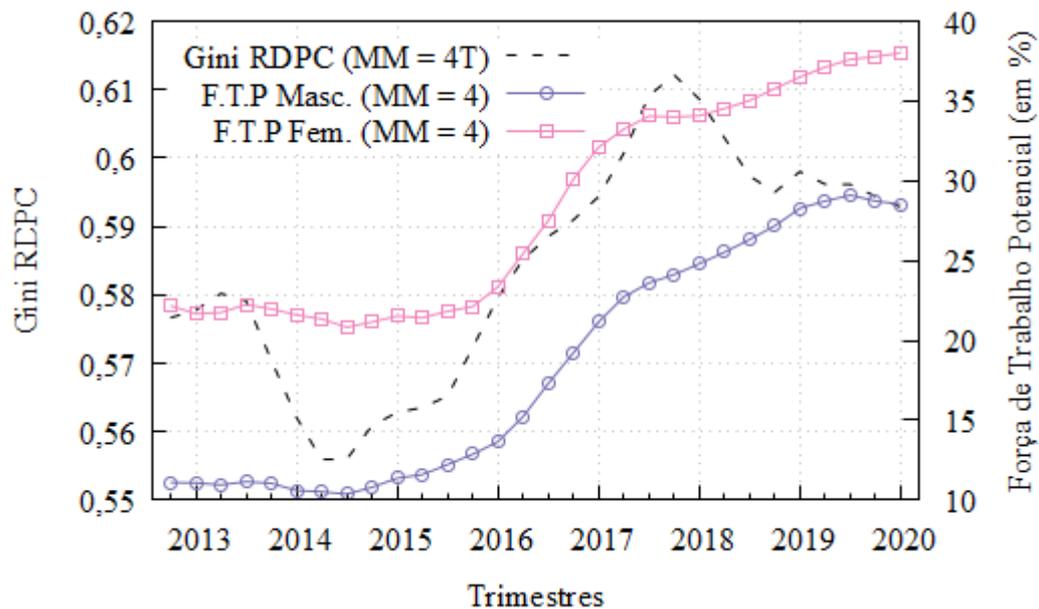


Fonte: IBGE, elaboração própria

O gráfico 11 apresenta força de trabalho potencial. A tendência observada em outras variáveis se mantém, o Maranhão apresenta, tanto para homens quanto para mulheres, uma grande variabilidade nos dados, o que demonstra a volatilidade dessa variável ao longo do tempo. Mesmo que o diagrama dos homens maranhenses apresente uma mediana levemente inferior a mediana dos homens nordestinos, percebe-se que há uma parte da amostra dos homens maranhenses que se depara com uma taxa mais alta de trabalho potencial.

As mulheres maranhenses possuem a maior taxa de força de trabalho potencial. Embora a mediana seja igual a das mulheres nordestinas (27%), o terceiro quantil e o ponto máximo são significativamente maiores. Até 75% das mulheres maranhenses se deparam com uma taxa de 35% de trabalho potencial, o limite superior, que corresponde a 25% dos resultados mais altos, alcança 39% de trabalho potencial. O ponto máximo das mulheres nordestinas é 33% e das mulheres brasileiras é 23%.

GRÁFICO 12 - Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Força de Trabalho Potencial, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020

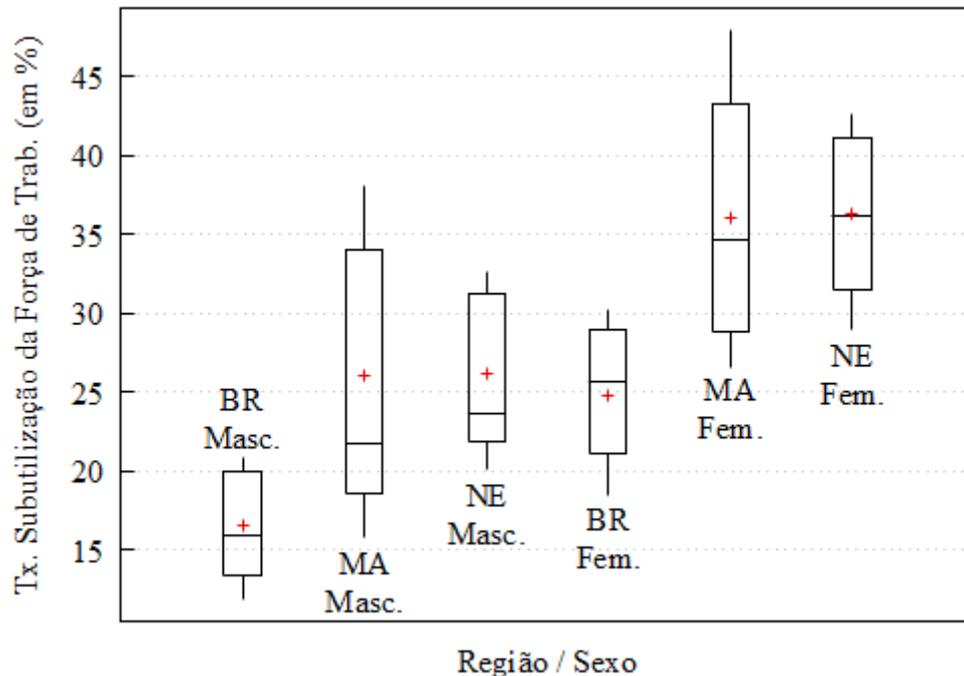


Fonte: IBGE, elaboração própria

A partir deste 12º gráfico, é possível notar que a força de trabalho potencial feminina no Maranhão possui certa associação com a desigualdade de renda. Quando a desigualdade aumentou, a força potencial também aumentou. No entanto, há uma dissociação a partir de 2018, quando a desigualdade melhora, mas a força de trabalho potencial não. Desse modo, a partir das curvas, pode-se observar que há uma correlação maior da desigualdade de renda com o trabalho potencial masculino.

Ainda assim, é importante levar em consideração que as mulheres maranhenses possuem uma elevada taxa de trabalho potencial e, com base na discussão anterior do gráfico 10, é possível entender em mais detalhes essa problemática, pois existem várias maneiras pelas quais o trabalho potencial pode ser realizado. Retomando a literatura apresentada no capítulo anterior, Vezza (2015) afirma que é necessário um conjunto de políticas e estratégias para que as mulheres, em suas especificidades, tenham condições de inserir-se no mercado de trabalho, destaca-se relaxar as restrições de tempo das mulheres, melhorar o arbítrio das mulheres e gerar mercados de trabalho justos, de modo a alterar os incentivos ao oferecer benefícios ou redução de custos e devem estabelecer resultados obrigatórios, como por exemplo, cotas em ocupações ou cargos.

GRÁFICO 13 – Boxplot da Taxa de Subutilização da Força de Trabalho, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020



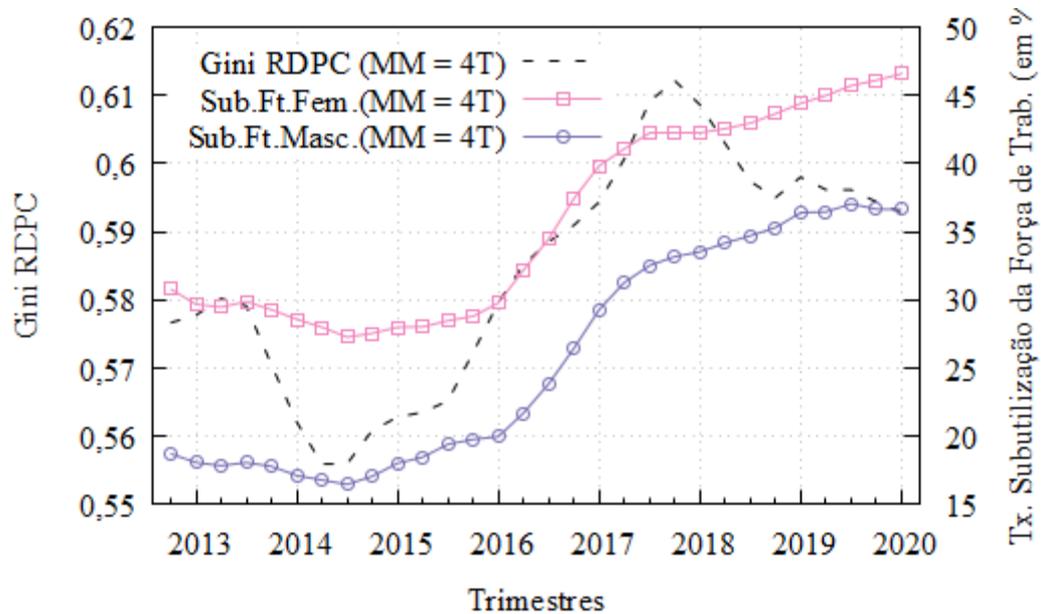
Fonte: IBGE, elaboração própria

A partir de uma exibição crescente dos dados, mais uma vez, agora no gráfico 11, o padrão se repete, os diagramas do Maranhão são significativamente maiores. Os homens a nível de Brasil têm os melhores resultados, os homens maranhenses têm uma vantagem mínima em relação aos homens nordestinos, o mesmo ocorre com as mulheres maranhenses em relação às nordestinas. Mas essa “vantagem” é praticamente nula, tendo em vista a diferença quase insignificante.

Tanto a dispersão da taxa de subutilização dos homens, quanto das mulheres possuem um ponto máximo que é mais do que o dobro em relação ao ponto mínimo. No caso dos homens o ponto mínimo é 15% e o ponto máximo é 38%, destacando-se o fato de que até 75% dos homens maranhenses tem uma taxa de subutilização de 34%, maior do que os homens nordestinos no terceiro quartil. No caso das mulheres, o ponto mínimo é 26% e o ponto máximo 47%, cabe destacar que até 75% da amostra de mulheres maranhenses tem uma subutilização de 43% da sua força de trabalho. Um resultado alarmante.

Embora a mediana das mulheres maranhenses esteja um pouco abaixo das mulheres nordestinas, o ponto mínimo e máximo da subutilização feminina maranhense é maior, indicando que as mulheres maranhenses estão mais suscetíveis a taxas maiores de subutilização.

GRÁFICO 14 – Média Móvel da Desigualdade de Renda (GINIrdpc) X Taxa de Subutilização da Força de Trabalho, por sexo, no Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

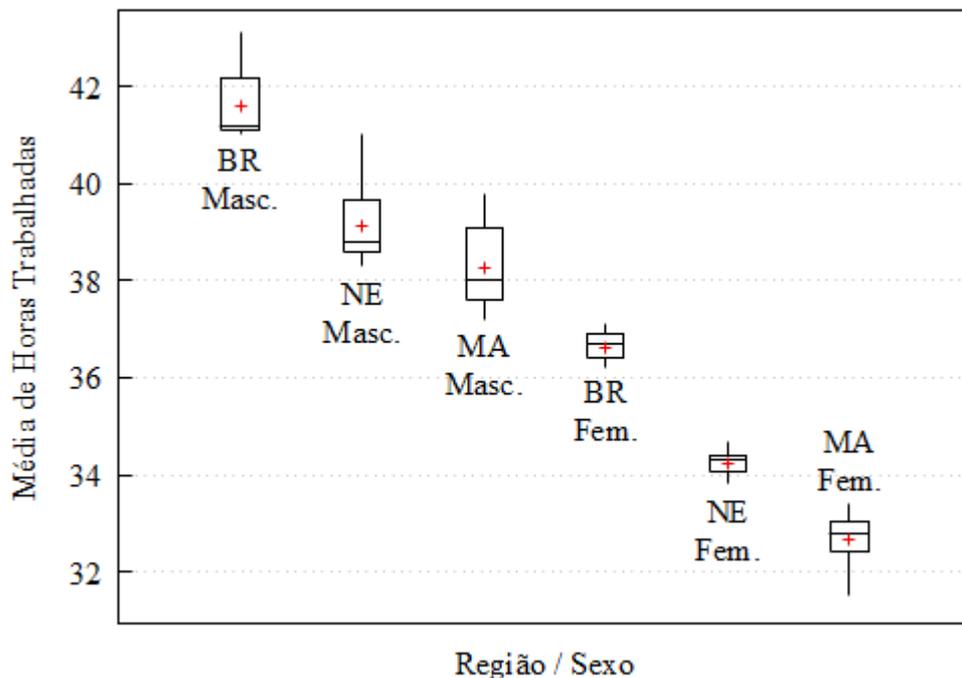
Do ponto de vista da relação da subutilização da força de trabalho feminina e masculina com o Ginirdpc, percebe-se que há uma estreita ligação, principalmente da subutilização feminina. As curvas do Ginirdpc e da subutilização feminina caminham seguindo a mesma tendência. Em relação a subutilização masculina nesse período, o primeiro trimestre de 2012 a taxa era 6,2% e chegou a 14,7% no primeiro trimestre de 2020, conforme pode-se visualizar pela inclinação da linha de tendência linear em azul.

Já a subutilização feminina, que já era alta em 2012 com 10,7%, também cresceu, chegando a 18,6% no início de 2020. No entanto, a taxa de subutilização tem maior correlação com o Ginirdpc, ao apresentar 0,85 de correlação, mas a correlação masculina não fica muito atrás, pois é de 0,81. Desse modo, percebe-se que a subutilização é um importante determinante para a melhora ou piora da desigualdade de renda no Maranhão.

A literatura internacional havia apontado esse elemento na discursão anterior, Grotti e Scherer (2016) afirmam que o trabalho e o rendimento feminino podem ser um importante meio de equidade em sociedades com elevado índice de desigualdade, como o Brasil. Especificamente no caso maranhense, como a população feminina no Maranhão é maior, e tem-se observado que elas tem alcançado níveis maiores de escolaridades, mas ao mesmo tempo em que ainda existem elevados índices de

subutilização da força de trabalho feminino com grande taxa de desocupação, a entrada de mais mulheres no mercado de trabalho é um dos principais fatores para a diminuição dos níveis de pobreza e desigualdade, pois além de possibilitar uma maior paridade de gênero, tal como já foi exposto, também contribui para a melhoria das condições socioeconômica dos domicílios maranhenses.

GRÁFICO 15 – Boxplot da Taxa da Média de Horas Habitualmente Trabalhadas, por sexo, no Brasil, Nordeste e Maranhão – 2012 a 2020



Fonte: IBGE, elaboração própria

Neste último gráfico, as mulheres maranhenses ocupam a última posição, com menos horas habitualmente trabalhadas em relação aos outros grupos, a mediana é 32 horas. Além disso, o diagrama é pequeno, com ponto mínimo em 31 horas e ponto máximo em 33 horas. Revelando que não há variação significativa, a amostra demonstra que as mulheres maranhenses trabalham, em média, entre 31 a 33 horas semanais. Esse número é levemente mais baixo em relação às mulheres nordestinas, que possuem uma mediana de 34 horas, e menor que as horas trabalhadas das mulheres brasileiras, com mediana de 36 horas.

Quando analisamos a correlação entre as horas trabalhadas e o Ginirdpc, percebemos que não há uma significativa relação entre ambos, pois a correlação das horas trabalhadas das mulheres com o Ginirdpc é de apenas 0,35, denotando que, por mais que no período tenha acontecida uma leve melhora na quantidade de horas

trabalhadas, saindo de 32,6 horas em 2012 para 33,4 horas no primeiro trimestre de 2020, essa variável não é tão significativa para a explicação da desigualdade de renda entre os gêneros provocado pelo mercado de trabalho.

Esse resultado para a realidade maranhense contrasta com os achados da literatura internacional. Marchionni (2015) afirmou que uma das causas da diminuição da pobreza dos domicílios na América Latina entre 1990 e 2012 foi a entrada massiva de mulheres no mercado de trabalho, o que envolve necessariamente o aumento de horas trabalhadas.

Outro resultado da literatura internacional que pode ajudar na compreensão desse fenômeno é através do que afirmou Gasparini et al (2015), ao apontar que mesmo com um acentuado aumento da participação feminina no mercado de trabalho, ainda permanecem diferenças significativas na renda mensal média recebida por homens e mulheres empregadas, principalmente em países com altas taxas de mulheres empregadas na força de trabalho. Uma parte da explicação se deve a menor carga horária de trabalho das mulheres, embora a diferença por hora de trabalho também contribua para essa disparidade na maioria dos países.

Desta forma, as mulheres que já estão no mercado de trabalho ao terem melhoria salarial não impactam tanto na desigualdade, pois os determinantes que realmente impactam a desigualdade são justamente mulheres que estão fora do mercado de trabalho, ou em subempregos ou em horas de trabalho diminutas.

O que se observa, entretanto, no caso do Maranhão, é que há uma grande parcela de pessoas que está no mercado de trabalho, mas de maneira informal, o que permite aos domicílios não estarem em uma situação socioeconômica mais dramática do que seria sem o trabalho informal, mas por outro lado, esse tipo de trabalho informal na iniciativa privada é também um dos grandes causadores de desigualdade, conforme apontado por Pereira (2022), ao explicar que especificamente a informalidade gerada pela iniciativa privada tem uma capacidade significativa de direcionar a dinâmica da desigualdade de renda trimestre a trimestre no Maranhão.

Ao longo dessa sessão, dentre os principais resultados, notou-se a desigualdade de renda no Maranhão medida pelo GINIrdpc é levemente menor que do Nordeste, mas devido a maior dispersão e intervalos, em alguns momentos a desigualdade de renda maranhense foi maior que a do Nordeste. Na dinâmica maranhense, houve um momento de piora significativa a partir de 2014 e uma nova tendência a partir de 2018.

Dentre as variáveis apresentadas, o Maranhão obteve resultados levemente melhores do que o Nordeste no Índice de GINIrdpc, taxa de desocupação e taxa de subutilização da força de trabalho. As variáveis que apresentam os piores índices quando comparado com o Nordeste são a taxa da renda real média e a média de horas habitualmente trabalhadas. As variáveis que mais se destacam por sua correlação com o GINIrdpc foram a taxa de desocupação e subutilização da força de trabalho.

#### 4. CONCLUSÃO

Em um contexto global complexo, envolvendo crise climática, guerras e pandemias, por exemplo, o tema da desigualdade continua como um tópico de grande relevância para os governos, instituições, organizações não governamentais, academia e principalmente para quem é assolado pela exacerbação das diferenças sociais e econômicas fruto da concentração de renda.

Nesse sentido, o Maranhão se insere nesse debate enquanto região que é assolada pela mazela da concentração de riqueza e poder. Mesmo a desigualdade de renda maranhense sendo levemente menor que a do Nordeste no período analisado, todavia, a dinâmica de desigualdade é mais instável, de modo que, em determinados momentos, a desigualdade de renda no Maranhão se torna maior em relação a região Nordeste. Além disso, tanto o Maranhão quanto Nordeste possuem uma correlação importante com o GINIrdpc do Brasil, o que pode significar que a desigualdade nos entes subnacionais é afetada de forma singular pelos fatores conjunturais e estruturais mais amplos.

Uma das evidências para se observar esse fenômeno é que o Maranhão possui uma leve diminuição da desigualdade a partir de 2018, período em que a economia brasileira passou por uma leve recuperação.

No entanto, quando se observa todo o período analisado, de 2012 a 2020, pode-se perceber que a desigualdade maranhense apresentou um período longo de escalada, que foi de 2014 a 2017, nesse mesmo período tanto os empregos formais quanto a ocupação de maneira geral tiveram uma expressiva queda, o que possibilita associar com o aumento da desigualdade.

Nesse sentido, pode-se afirmar que no período analisado não houve melhoria na estrutura da desigualdade de renda no Maranhão, pois o patamar de desigualdade estava mais elevado em 2020 em comparação com 2012. Desse modo, a partir dos resultados apresentados para a desigualdade de renda no Maranhão, percebe-se que não houve mudança estrutural não apenas para esses oito anos que esta pesquisa abarca, mas também não houve melhoria estrutural das condições socioeconômicas da população maranhense ao longo dessas duas primeiras décadas do século 21.

Outra conclusão é que as mulheres constituem uma das partes da população mais penalizadas por esse processo. Conforme apresentado, as mulheres maranhenses possuem renda média do trabalho menor que os homens maranhenses

e menor que a média do Nordeste. As mulheres maranhenses sofrem com uma alta taxa de desocupação. Possuem uma participação inferior na força de trabalho e mesmo as que participam, se deparam com uma alta taxa de subutilização da sua força de trabalho e com acesso a menos horas disponíveis para trabalhar.

Portanto, a partir dessas evidências, pode-se afirmar que a desocupação tem associação significativa com a desigualdade de renda provocada pelo mercado de trabalho no Maranhão ao longo do período analisado e que a estrutura da desigualdade de gênero dentro do mercado de trabalho é um importante fator para explicar a desigualdade de renda do estado e um elemento a ser combatido.

No entanto, essa pesquisa possui limitações, não é possível determinar a causalidade entre as variáveis, pois não é utilizado nenhum método econométrico que suporte esse intento. Além disso, não é possível apresentar explicações que afirmem as razões para uma parte dos resultados encontrados, justamente porque a Análise Exploratória de Dados possibilita um ferramental apenas descritivo.

Para perspectiva futuras, há a possibilidade de entender qual o peso da desigualdade de gênero no mercado de trabalho para explicar a desigualdade de renda em geral, ou seja, o quanto da desigualdade em geral é provocada pela desigualdade de gênero no mercado de trabalho. Pode-se também elaborar instrumentos e políticas que tenham a capacidade de focar no problema da desigualdade maranhense levando em consideração suas especificidades.

## 5. REFERÊNCIAS

ATKINSON, Anthony. **Desigualdade: o que pode ser feito?**. Tradução de Elisa Câmara. São Paulo: Editora LeYa. 2015.

AZEVEDO, J.P.; FOGUEL, M.N. Uma decomposição da desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil: 1995-2005. In: PAES DE BARROS, R.; FOGUEL, M.N.; ULYSSEA, G. (Eds). **Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente**. Brasília, DF: IPEA, 2007. v. II, cap. 27. p. 343-364.

BARBOSA, Rogério J.; FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G.; SOARES, Sergei S. D. **Distribuição de renda nos anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020 (Texto para discussão, n.2.610).

COLACCE, Maira. ¿Cómo se modificarían la pobreza y la desigualdad de ingresos de los hogares si se cierran las brechas de género en el mercado laboral? Un estudio para cuatro países de América Latina. Bogotá: **Revista Desarrollo y Sociedad**, nº. 81, pág. 11-60, ISSN 0120-3584, E-ISSN 1900-7760, DOI: 10.13043/dys.81.1. 2018.

DEATON, Angus. **A grande saída**. Tradução de Marcelo Levy. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2017.

FEIJÓ, Janaína Rodrigues; FRANÇA, João Mário Santos de; PINHO NETO, Valdemar Rodrigues de. **Novas perspectivas decorrentes da decomposição da desigualdade de renda brasileira: descobrindo uma maior relevância para a formalização**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 48, n. 3. 2018

FERREIRA DE SOUZA, Pedro H. G. POBREZA E DESIGUALDADE. In: SHIKIDA, Claudio D.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando. **Guia brasileiro de análise de dados: armadilhas & soluções**. Brasília: Enap, 2021.

FIRPO, Sergio; HAKAK, Lorena. **Changes in the women's labor market and education and their impacts on marriage and inequality: evidence from Brazil**. Empirical Economics, Nº 62, pág. 1909–1950. Acesso em: <https://doi.org/10.1007/s00181-021-02076-6>. 2021.

GASPARINI, L.; MARCHIONNI, M. **Implications of female labor force participation**. In: Gasparini, L; Marchionni, M (eds.). Bridging gender gaps? The rise and deceleration of female labor force participation in Latin America (pp. 261-306). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. 2015.

GASPARINI, L.; MARCHIONNI, M.; BADARACCO, N.; SERRANO, J. **Characterizing female participation changes**. In: Gasparini, L; Marchionni, M (eds.). Bridging gender gaps? The rise and deceleration of female labor force participation in Latin America (pp. 151-178). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. 2015.

GROTTI, Raffaele; SCHERER, Stefani. **Does gender equality increase economic inequality? Evidence from five countries**. Research in Social Stratification and Mobility, nº 45, pág. 13–26. 2016.

HOFFMANN, Rodolfo. **Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997 e 2004**. Rio de Janeiro: Revista Econômica, v.8, n.1, p. 55–81, junho de 2006.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: o que mudou em 2015?**. Texto para Discussão nº 38 do IEPE/Casa das Garças, jan./2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua: notas metodológicas**. Rio de Janeiro: IBGE, Vol. 1. 2014.

JERÔNIMO BARBOSA, Rogério. Desigualdade de Rendimentos do Trabalho no Curto e no Longo Prazo: tendências de Idade, Período e Coorte. Rio de Janeiro: DADOS-**Revista de Ciências Sociais**, vol. 59, nº 2, pág. 385 a 425. 2016.

KOCHAN, Thomas; RIORDAN, Christine. **Employment relations and growing income inequality: Causes and potential options for its reversal**. Journal of Industrial Relations. 58. 10.1177/0022185616634337. 2016.

LEITE, Fabrício. Pintombo. **Oito anos de PNAD Contínua (2012-2019): regularidades para desigualdade de renda trimestral e mercado de trabalho**. Brazilian Keynesian Review, n. 6, v.1, p. 141-152. 2020.

LIMA DA SILVA, Leilivania. **Desigualdade de renda no Maranhão: uma avaliação do período entre 2000 e 2010**. 2014. 140 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico). UFMA, Maranhão, São Luís. 2014.

LUZ DURÁN, Rosa. **COVID-19 and heterogeneous vulnerabilities in the Peruvian labor market: implications for social inequalities and for gender gaps**. Economía Política, edição 39, pág. 129-156. Acesso em: <https://doi.org/10.1007/s40888-021-00245-5>. 2022.

MAIA, Alexandre Gori; SAKAMOTO, Arthur; WANG, Sharron Xuanren. How Employment Shapes Income Inequality: a Comparison Between Brazil and the U.S. **Revista de Economia Contemporânea**, 23(3), pág. 1-34. ISSN 1980-5527; in: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272331>. 2019.

MAXWELL, N. **Changing female labor force participation: influences on income inequality and distribution**. Social Forces, 68(4), 1251-1266. 1990.

MEDEIROS, Marcelo. **Medidas de desigualdade e pobreza**. Brasília: Editora UnB. 2012.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Avila de. **O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006 a 2012)**. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, n. 1, p. 7-36, jan./mar. 2015.

MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton O. **Estatística Básica**. São Paulo: Editora Saraiva. 2010.

NERI, Marcelo. **A escalada da desigualdade: qual foi o impacto da crise sobre a distribuição de renda e a pobreza?**. São Paulo: FGV Social. Centro de Políticas Sociais. 2019.

PAES DE BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. **Determinantes da queda na desigualdade de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão nº. 1460).

\_\_\_\_\_; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel; MENDONÇA, Rosane. Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira. Rio de Janeiro: **Revista Econômica**, v.8, n.1, p. 117-147. 2006.

PEREIRA, Edyr de Jesus Alves. **Principais determinantes da desigualdade de renda de curto prazo no Maranhão**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 72. 2022.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade**. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2015.

\_\_\_\_\_. **Capital no século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

RODRIGUES, Haniel Ericeira. **Desigualdade de renda no Nordeste de 2012 a 2021: O mercado de trabalho como determinante**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 62. 2022.

SEN, Amartya Kumar. **Desigualdade reexaminada**. Tradução de Ricardo Dominelli. Rio de Janeiro: Editora Record. 2001.

SILVEIRA, Leonardo Souza; LEÃO, Natália Siqueira. **O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015)**. Revista Latinoamericana de Población, Vol. 14, nº 27, pág. 41-76. 2020.

STIGLITZ, Joseph E. **O Preço da Desigualdade**. Tradução de Sara M. Felício e Paulo Tavares. Lisboa: Bertrand Editora. 2013

SUDO, Naoki. **The Effects of Women's Labor Force Participation: An Explanation of Changes in Household Income Inequality**. Social Forces, volume 95, Issue 4, pág. 1427–1450. Acesso em: <https://doi.org/10.1093/sf/sox011>. 2017.

TAI, Silvio Hong Tiing; BAGOLIN, Izete Pengo. **Regional Differences In The Gender Earnings Gap In Brazil: Development, Discrimination and Inequality**. The Developing Economies, ed. 57, nº 1, pág. 55–82, 2018.

VEZZA, Evelyn. **Policies toward female labor force participation.** In: Gasparini, L; Marchionni, M (eds.). Bridging gender gaps? The rise and deceleration of female labor force participation in Latin America (pp. 297-344). La Plata: Universidad Nacional de La Plata. 2015.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global gender gap report 2021.** Geneva: The World Economic Forum. 2021.